

Desconto de 5% no IPVA vale até este mês para placas de final 5 e 6



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Todas as informações poderão ser consultadas no site da Sefaz | Foto: Camila Souza | GOVBA

Os proprietários de veículos com placas de final 5 e 6 têm até os dias 27 e 28 de maio, respectivamente, para aproveitar o desconto de 5% no pagamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (**IPVA**), em cota única. Já para as placas de final 7, 8, 9 e 0, os prazos para quitar o imposto com o abatimento vencem nos próximos meses: as datas podem ser consultadas na tabela do **IPVA** 2021 do Estado da Bahia.

De acordo com a Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (Sefaz-Ba), ainda que os proprietários de veículos com placas de final 1 e 2 têm até os dias 28 e 31 de maio, respectivamente, para pagar o **IPVA**, em cota única e sem desconto. Caso o proprietário não regularize o imposto e o licenciamento, o automóvel ficará com a documentação irregular.

Para realizar o pagamento, o contribuinte pode recorrer a uma agência, um caixa eletrônico ou um aplicativo do Banco do Brasil, do Bradesco ou do Bancoob, bastando apenas apresentar o número do Renavam. Para quem estiver elegível, o desconto de 5% no **IPVA** é calculado automaticamente no momento da transação.

Com exceção das placas de final 1, 2, 3 e 4, os proprietários de veículos podem optar ainda por dividir o **IPVA** em três parcelas, sem o desconto. Para isso, basta observar os vencimentos das cotas na tabela, também de acordo com o número final da placa do veículo. Quem perder o prazo da primeira cota deixa de ter o direito ao parcelamento em três vezes, devendo efetuar o pagamento integral do imposto até a data da última parcela.

Todas as informações poderão ser consultadas no site da Sefaz, em Canal Inspetoria Eletrônica - **IPVA**, ou pelo call center da Secretaria da Fazenda do Estado, no 0800 071 0071 (ligações de telefone fixo) e no 71 3319-2501 (para ligações de celular ou de telefone fixo).

Os débitos referentes à taxa de licenciamento e às multas de trânsito deverão ser pagos até a data de vencimento da terceira parcela. Os débitos anteriores do **IPVA** ainda não notificados também podem ser divididos em três vezes, juntamente com o **IPVA** 2021. No entanto, o proprietário que perder o prazo da primeira cota deixa de ter o direito ao parcelamento. O pagamento do tributo referente a embarcações e aeronaves deverá ser efetuado até 1º de junho de 2021.

Assuntos e Palavras-Chave: SEFAZ - Secretaria da Fazenda - IPVA

Veículo: Tribuna da Bahia	Caderno: Cidade
Data 12/05/2021	Página: 07

Tribuna

Desconto de 5% no IPVA vale até este mês para placas de final 5 e 6

Os proprietários de veículos com placas de final 5 e 6 têm até os dias 27 e 28 de maio, respectivamente, para aproveitar o desconto de 5% no pagamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), em cota única. Já para as placas de final 7, 8, 9 e 0 os prazos para quitar o imposto com o abatimento vencem nos próximos meses: as datas podem ser consultadas na tabela do IPVA 2021 do Estado da Bahia.

A Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (Sefaz-Ba) alerta ainda que os proprietários de veículos com

placas de final 1 e 2 têm até os dias 28 e 31 de maio, respectivamente, para pagar o IPVA, em cota única e sem desconto. Caso o proprietário não regularize o imposto e o licenciamento, o automóvel ficará com a documentação irregular. O contribuinte pode fazer o pagamento em uma agência, um caixa eletrônico ou um aplicativo do Banco do Brasil, do Bradesco ou do Bancoob, bastando apenas apresentar o número do Renavam. Para quem estiver elegível, o desconto de 5% no IPVA é calculado automaticamente no momento da transação.

Veículo: Gov Bahia	
Data: 11/05/2021	



Desconto de 5% no IPVA vale até este mês para placas de final 5 e 6

11 maio 2021



Foto: Camila Souza/GOVBA

Os proprietários de veículos com placas de final 5 e 6 têm até os dias 27 e 28 de maio, respectivamente, para aproveitar o desconto de 5% no pagamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), em cota única. Já para as placas de final 7, 8, 9 e 0, os prazos para quitar o imposto com o abatimento vencem nos próximos meses: as datas podem ser consultadas na tabela do IPVA 2021 do Estado da Bahia.

A Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (Sefaz-Ba) alerta ainda que os proprietários de veículos com placas de final 1 e 2 têm até os dias 28 e 31 de maio, respectivamente, para pagar o IPVA, em cota única e sem desconto. Caso o proprietário não regularize o imposto e o licenciamento, o automóvel ficará com a documentação irregular. O contribuinte pode fazer o pagamento em uma agência, um caixa eletrônico ou um aplicativo do Banco do Brasil, do Bradesco ou do Bancoob, bastando apenas apresentar o número do Renavam. Para quem estiver elegível, o desconto de 5% no IPVA é calculado automaticamente no momento da transação.

Com exceção das placas de final 1, 2, 3 e 4, os proprietários de veículos podem optar ainda por dividir o IPVA em três parcelas, sem o desconto. Para isso, basta observar os vencimentos das cotas na tabela, também de acordo com o número final da placa do veículo. Quem perder o prazo da primeira cota deixa de ter o direito ao parcelamento em três vezes, devendo efetuar o pagamento integral do imposto até a data da última parcela.

CALENDÁRIO DE PAGAMENTO - IPVA 2021					
FINAL	PARCELAMENTO			PAGAMENTO EM COTA ÚNICA	
	1ª COTA até	2ª COTA até	3ª COTA até	COM DESCONTO DE 5%	SEM DESCONTO
1	30/03/2021	29/04/2021	28/05/2021	30/03/2021	28/05/2021
2	31/03/2021	30/04/2021	31/05/2021	31/03/2021	31/05/2021
3	29/04/2021	27/05/2021	29/06/2021	29/04/2021	29/06/2021
4	30/04/2021	28/05/2021	30/06/2021	30/04/2021	30/06/2021
5	27/05/2021	29/06/2021	29/07/2021	27/05/2021	29/07/2021
6	28/05/2021	30/06/2021	30/07/2021	28/05/2021	30/07/2021
7	29/06/2021	29/07/2021	30/08/2021	29/06/2021	30/08/2021
8	30/06/2021	30/07/2021	31/08/2021	30/06/2021	31/08/2021
9	29/07/2021	30/08/2021	29/09/2021	29/07/2021	29/09/2021
0	30/07/2021	31/08/2021	30/09/2021	30/07/2021	30/09/2021

Todas as informações poderão ser consultadas no [site da Sefaz](#), em Canal Inspetoria Eletrônica – IPVA, ou pelo call center da Secretaria da Fazenda do Estado, no 0800 071 0071 (ligações de telefone fixo) e no 71 3319-2501 (para ligações de celular ou de telefone fixo).

Os débitos referentes à taxa de licenciamento e às multas de trânsito deverão ser pagos até a data de vencimento da terceira parcela. Os débitos anteriores do IPVA ainda não notificados também podem ser divididos em três vezes, juntamente com o IPVA 2021. No entanto, o proprietário que perder o prazo da primeira cota deixa de ter o direito ao parcelamento. O pagamento do tributo referente a embarcações e aeronaves deverá ser efetuado até 1º de junho de 2021.

Fonte: Ascom/Sefaz-Ba

Motoristas de veículos com placas de final 5 e 6 podem pagar IPVA com 5% de desconto até o final de maio; veja calendário



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Os proprietários de veículos com placas de final 5 e 6 têm até os dias 27 e 28 de maio, respectivamente, para aproveitar o desconto de 5% no pagamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (**IPVA**), em cota única. [Confira calendário de pagamento ao final da matéria].

Já para as placas de final 7, 8, 9 e 0 os prazos para quitar o imposto com o abatimento vencem nos próximos meses: as datas podem ser consultadas na tabela abaixo.

A Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (Sefaz-Ba) alerta ainda que os proprietários de veículos com placas de final 1 e 2 têm até os dias 28 e 31 de maio, respectivamente, para pagar o **IPVA**, em cota única e sem desconto.

Caso o proprietário não regularize o imposto e o licenciamento, o automóvel ficará com a documentação irregular. Para fazer o pagamento, o contribuinte pode ir até uma agência, um caixa eletrônico ou um aplicativo do Banco do Brasil, Bradesco ou Bancoob, e apresentar o número do Renavam. Todas as informações poderão ser consultadas no site da Sefaz.

Parcelamento

Com exceção das placas de final 1, 2, 3 e 4, os proprietários de veículos podem optar ainda por dividir o **IPVA** em três parcelas, sem o desconto.

Para isso, basta observar os vencimentos das cotas na tabela, também de acordo com o número final da placa do veículo. Quem perder o prazo da primeira cota deixa de ter o direito ao parcelamento em três vezes, devendo efetuar o pagamento integral do imposto até a data da última parcela.

Assista aos vídeos do G1 e TV Bahia ??

Ouçá o podcast 'Eu Te Explico' ??

Assuntos e Palavras-Chave: SEFAZ - Secretaria da Fazenda - IPVA

Veículo: Bahia Econômica

Data: 11/05/2021



Bahia Econômica
ARMANDO AVENA

DESCONTO DE 5% NO IPVA VALE ATÉ ESTE MÊS PARA PLACAS DE FINAL 5 E 6



11 Maio, 2021

Os proprietários de veículos com placas de final 5 e 6 têm até os dias 27 e 28 de maio, respectivamente, para aproveitar o desconto de 5% no pagamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), em cota única. Já para as placas de final 7, 8, 9 e 0, os prazos para quitar o imposto com o abatimento vencem nos próximos meses: as datas podem ser consultadas na tabela do IPVA 2021 do Estado da Bahia.

De acordo com a **Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (Sefaz-Ba)**, ainda que os proprietários de veículos com placas de final 1 e 2 têm até os dias 28 e 31 de maio, respectivamente, para pagar o IPVA, em cota única e sem desconto. Caso o proprietário não regularize o imposto e o licenciamento, o automóvel ficará com a documentação irregular.

Para realizar o pagamento, o contribuinte pode recorrer a uma agência, um caixa eletrônico ou um aplicativo do Banco do Brasil, do Bradesco ou do Bancoob, bastando apenas apresentar o número do Renavam. Para quem estiver elegível, o desconto de 5% no IPVA é calculado automaticamente no momento da transação.

Foto: Shirley Stolze/ Ag. A Tarde

Desconto de 5% no IPVA vale até este mês para placas de final 5 e 6



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Os proprietários de veículos com placas de final 5 e 6 têm até os dias 27 e 28 de maio, respectivamente, para aproveitar o desconto de 5% no pagamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (**IPVA**), em cota única. Já para as placas de final 7, 8, 9 e 0, os prazos para quitar o imposto com o abatimento vencem nos próximos meses: as datas podem ser consultadas na tabela do **IPVA** 2021 do Estado da Bahia.

A Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (Sefaz-Ba) alerta ainda que os proprietários de veículos com placas de final 1 e 2 têm até os dias 28 e 31 de maio, respectivamente, para pagar o **IPVA**, em cota única e sem desconto. Caso o proprietário não regularize o imposto e o licenciamento, o automóvel ficará com a documentação irregular. O contribuinte pode fazer o pagamento em uma agência, um caixa eletrônico ou um aplicativo do Banco do Brasil, do Bradesco ou do Bancoob, bastando apenas apresentar o número do Renavam. Para quem estiver elegível, o desconto de 5% no **IPVA** é calculado automaticamente no momento da transação.

Com exceção das placas de final 1, 2, 3 e 4, os proprietários de veículos podem optar ainda por dividir o **IPVA** em três parcelas, sem o desconto. Para isso, basta observar os vencimentos das cotas na tabela, também de acordo com o número final da placa do veículo. Quem perder o prazo da primeira cota deixa de ter o direito ao parcelamento em três vezes, devendo efetuar o pagamento integral do imposto até a data da última parcela.

Todas as informações poderão ser consultadas no site da Sefaz, em Canal Inspetoria Eletrônica - **IPVA**, ou pelo call center da Secretaria da Fazenda do Estado, no 0800 071 0071 (ligações de telefone fixo) e no 71 3319-2501 (para ligações de celular ou de telefone fixo).

Os débitos referentes à taxa de licenciamento e às multas de trânsito deverão ser pagos até a data de vencimento da terceira parcela. Os débitos anteriores do **IPVA** ainda não notificados também podem ser divididos em três vezes, juntamente com o **IPVA** 2021. No entanto, o proprietário que perder o prazo da primeira cota deixa de ter o direito ao parcelamento. O pagamento do tributo referente a embarcações e aeronaves deverá ser efetuado até 1º de junho de 2021.

Assuntos e Palavras-Chave: SEFAZ - Secretaria da Fazenda - IPVA

Motoristas de veículos com placas de final 5 e 6 podem pagar IPVA com 5% de desconto até o final de maio; veja calendário



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Os proprietários de veículos com placas de final 5 e 6 têm até os dias 27 e 28 de maio, respectivamente, para aproveitar o desconto de 5% no pagamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (**IPVA**), em cota única. Já para as placas de final 7, 8, 9 e 0 os prazos para quitar o imposto com o abatimento vencem nos próximos meses: as datas podem ser consultadas na tabela abaixo.

Tabela do **IPVA** 2021 na Bahia - Foto: Divulgação/Sefaz

A Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (Sefaz-Ba) alerta ainda que os proprietários de veículos com placas de final 1 e 2 têm até os dias 28 e 31 de maio, respectivamente, para pagar o **IPVA**, em cota única e sem desconto.

Caso o proprietário não regularize o imposto e o licenciamento, o automóvel ficará com a documentação irregular. Para fazer o pagamento, o contribuinte pode ir até uma agência, um caixa eletrônico ou um aplicativo do Banco do Brasil, Bradesco ou Bancoob, e apresentar o número do Renavam. Todas as informações poderão ser consultadas no site da Sefaz.

Parcelamento

Com exceção das placas de final 1, 2, 3 e 4, os proprietários de veículos podem optar ainda por dividir o **IPVA** em três parcelas, sem o desconto.

Para isso, basta observar os vencimentos das cotas na tabela, também de acordo com o número final da placa do veículo. Quem perder o prazo da primeira cota deixa de ter o direito ao parcelamento em três vezes, devendo efetuar o pagamento integral do imposto até a data da última parcela.

Fonte: G1

Trabalhadores nascidos em agosto podem sacar auxílio emergencial

FGTS é ferramenta poderosa para financiar um imóvel; veja como usar

Banco Central abre consultas para saques e trocos via Pix

Faturamento da indústria volta a crescer em março, segundo CNI

Assuntos e Palavras-Chave: SEFAZ - Secretaria da Fazenda - IPVA

Donos de veículos com placas de final 5 e 6 podem pagar IPVA com 5% de desconto até final de maio



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Os proprietários de veículos com placas de final 5 e 6 têm até os dias 27 e 28 de maio, respectivamente, para aproveitar o desconto de 5% no pagamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (**IPVA**), em cota única. Já para as placas de final 7, 8, 9 e 0, os prazos para quitar o imposto com o abatimento vencem nos próximos meses: as datas podem ser consultadas na tabela do **IPVA** 2021 do Estado da Bahia.

A Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (Sefaz-Ba) alerta ainda que os proprietários de veículos com placas de final 1 e 2 têm até os dias 28 e 31 de maio, respectivamente, para pagar o **IPVA**, em cota única e sem desconto. Caso o proprietário não regularize o imposto e o licenciamento, o automóvel ficará com a documentação irregular. O contribuinte pode fazer o pagamento em uma agência, um caixa eletrônico ou um aplicativo do Banco do Brasil, do Bradesco ou do Bancoob, bastando apenas apresentar o número do Renavam. Para quem estiver elegível, o desconto de

5% no **IPVA** é calculado automaticamente no momento da transação.

Com exceção das placas de final 1, 2, 3 e 4, os proprietários de veículos podem optar ainda por dividir o **IPVA** em três parcelas, sem o desconto. Para isso, basta observar os vencimentos das cotas na tabela, também de acordo com o número final da placa do veículo. Quem perder o prazo da primeira cota deixa de ter o direito ao parcelamento em três vezes, devendo efetuar o pagamento integral do imposto até a data da última parcela.

Os débitos referentes à taxa de licenciamento e às multas de trânsito deverão ser pagos até a data de vencimento da terceira parcela. Os débitos anteriores do **IPVA** ainda não notificados também podem ser divididos em três vezes, juntamente com o **IPVA** 2021. No entanto, o proprietário que perder o prazo da primeira cota deixa de ter o direito ao parcelamento. O pagamento do tributo referente a embarcações e aeronaves deverá ser efetuado até 1º de junho de 2021.

Todas as informações poderão ser consultadas no site da Sefaz, em Canal Inspetoria Eletrônica - **IPVA**, ou pelo call center da Secretaria da Fazenda do Estado, no 0800 071 0071 (ligações de telefone fixo) e no 71 3319-2501 (para ligações de celular ou de telefone fixo).

Assuntos e Palavras-Chave: SEFAZ - Secretaria da Fazenda - IPVA

#Bahia: Desconto de 5% no IPVA vale até este mês para proprietários de carros com placas de final 5 e 6



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Jornal da Chapada

Os proprietários de veículos com placas de final 5 e 6 têm até os dias 27 e 28 de maio, respectivamente, para aproveitar o desconto de 5% no pagamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (**IPVA**), em cota única. Já para as placas de final 7, 8, 9 e 0, os prazos para quitar o imposto com o abatimento vencem nos próximos meses: as datas podem ser consultadas na tabela do **IPVA** 2021 do Estado da Bahia.

A Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (Sefaz-Ba) alerta ainda que os proprietários de veículos com placas de final 1 e 2 têm até os dias 28 e 31 de maio, respectivamente, para pagar o **IPVA**, em cota única e sem desconto. Caso o proprietário não regularize o imposto e o licenciamento, o automóvel ficará com a documentação irregular. O contribuinte pode fazer o pagamento em uma agência, um caixa eletrônico ou um aplicativo do Banco do Brasil, do Bradesco ou do

Bancoob, bastando apenas apresentar o número do Renavam. Para quem estiver elegível, o desconto de 5% no **IPVA** é calculado automaticamente no momento da transação.

Com exceção das placas de final 1, 2, 3 e 4, os proprietários de veículos podem optar ainda por dividir o **IPVA** em três parcelas, sem o desconto. Para isso, basta observar os vencimentos das cotas na tabela, também de acordo com o número final da placa do veículo. Quem perder o prazo da primeira cota deixa de ter o direito ao parcelamento em três vezes, devendo efetuar o pagamento integral do imposto até a data da última parcela.

Todas as informações poderão ser consultadas no site da Sefaz, em Canal Inspeção Eletrônica - **IPVA**, ou pelo call center da Secretaria da Fazenda do Estado, no 0800 071 0071 (ligações de telefone fixo) e no 71 3319-2501 (para ligações de celular ou de telefone fixo).

Os débitos referentes à taxa de licenciamento e às multas de trânsito deverão ser pagos até a data de vencimento da terceira parcela. Os débitos anteriores do **IPVA** ainda não notificados também podem ser divididos em três vezes, juntamente com o **IPVA** 2021. No entanto, o proprietário que perder o prazo da primeira cota deixa de ter o direito ao parcelamento. O pagamento do tributo referente a embarcações e aeronaves deverá ser efetuado até 1º de junho de 2021. As informações são de assessoria.

Etiquetas

Banco do Brasil **IPVA** Sefaz

Assuntos e Palavras-Chave: SEFAZ - Secretaria da
Fazenda - IPVA

Veículo: Rádio Santa Cruz 1090 AM - Ilhéus	
Data: 10/05/2021	Programa: --
Assunto: Sua Nota é um Show vai repassar R\$ 3 milhões a 512 instituições filantrópicas ativas no programa.	

Data: 10/05/2021

Hora: 13:57:01

Emissora: Rádio Santa Cruz 1090 AM - Ilhéus

Programa: Notícias

Citação Direta: Sim

Impacto: POSITIVO

Sinopse: **Sua Nota é um Show** vai repassar R\$ 3 milhões a 512 instituições filantrópicas ativas no programa.

OPINIÃO

Os artigos assinados publicados nas páginas A2 e A3 não expressam necessariamente a opinião de A TARDE. Participe desta página: e-mail: opinioao@grupoatarde.com.br Cartas: Redação de A TARDE/Opinião - R. Professor Milton Cayres de Brito, 204, Caminho das Árvores, Salvador-BA, CEP 41822-900

opinioao@grupoatarde.com.br

Tempo Presente

tempopresente@grupoatarde.com.br

Beleza Bahia mira mercado exterior

Um projeto desenvolvido pela Federação das Indústrias do Estado da Bahia (Fieb) visa apoiar os negócios relacionados à beleza. Trata-se do Beleza Bahia, parceria com a Confederação Nacional da Indústria (CNI), tendo como órgão responsável por seu desenvolvimento o Centro Internacional de Negócios da Fieb.

Envolvendo também o saber especializado dos colaboradores do Sebrae-Bahia, o projeto mira o mercado internacional, para onde micro e pequenas empresas devem propor seus produtos e serviços.

– Sabemos que um apoio efetivo e sistemático é fundamental para que as pequenas empresas possam aproveitar oportunidades de negócios identificadas em mercados estrangeiros – afirma a gerente da Fieb, Patrícia Orrico.

Segundo a profissional da federação das indústrias, o projeto é voltado a empresas que desejam fazer com que os seus produtos ingressem nesses países de forma direta, assistida e bem-sucedida.

Os empresários participantes terão a oportunidade de desenvolver competências necessárias ao comportamento esperado para o intercâmbio com o exterior, como adequação de produtos, formação de preço, construção de plano estratégico, entre outras capacitações.

O Beleza Bahia tem o compromisso de atender pequenos empreendimentos da indústria nos segmentos de higiene pessoal, perfumaria e cosméticos, vestuário e acessórios, ao oferecer, além da capacitação, o acompanhamento dos negócios.

Para ter acesso aos serviços, basta aos interessados procurar as unidades do Sistema Fieb e do Sebrae em todo o estado, tendo ainda a possibilidade de obter mais informações pelo telefone (71) 3343-1424, ou pelo e-mail cin-fieb@fieb.org.br.

“No mundo todo, os estudos apontam a não eficácia comprovada [da cloroquina] em estudos ortodoxamente regulados (...). Então, até o momento, as informações vão contra a possibilidade do uso na Covid-19”

ANTÔNIO BARRA TORRES, diretor-presidente da Anvisa, durante seu depoimento ontem à CPI da Covid-19



MÁSCARAS | *Que máscara escolhem aqueles que tripudiam da tragédia que vivemos? Que interesses essa máscara esconde? Quem se beneficia de lideranças que, no exercício do poder, se isentam de responsabilidade e jogam para a torcida?*

Felipe Iruatã / Ag. A TARDE

Os desafios para as pequenas e médias empresas

Niltinho

Deputado estadual

O PDDU de Salvador versa sobre “ações que gerem riqueza, distribuam renda, aumentem o número de postos de trabalho formais, possibilitem o autoemprego, o empreendedorismo e propiciem igualdade de acesso às oportunidades”. Ocorre que há dificuldades no alcance destes objetivos. Por exemplo, não temos mais o título de cidade com o maior PIB do Nordeste. O PIB de Fortaleza é de R\$ 67 bilhões e o de Salvador está na faixa de R\$ 63 bilhões. Os dados do IBGE são relativos a 2020.

Mas qual é o cenário econômico de Salvador? O setor terciário da economia é um dos grandes empregadores da população. E nos bairros populares é relevante

o papel do comércio como “alavanca” que retroalimenta a economia local. E, neste contexto, os pequenos e médios mercados são um dos segmentos mais importantes nos bairros periféricos.

Ocorre que a atual legislação de ocupação urbana (Louos e PDDU) permite a instalação das grandes redes de supermercados nestas comunidades. Não é algo a se estranhar na “livre” concorrência. Mas como o proprietário de um pequeno estabelecimento pode manter seu negó-

Os pequenos e médios mercados são um dos segmentos mais importantes nos bairros periféricos

cio atrativo quando a competição é com grupos empresariais gigantes e com diretrizes latentes de expansão?

De acordo com a Agência Brasil, o desemprego em 2020 no país teve uma média de 13,5%. A solução tem sido o empreendedorismo. E os estímulos para a sobrevivência dos médios e pequenos negócios passam por capacitação, fornecedores com preços atrativos, e por um debate sobre a necessidade de tributações diferenciadas entre pequenas, médias e grandes empresas.

E as vultuosas quantias de financiamento dos bancos governamentais são dirigidas justamente às grandes empresas. Eis outro fator que dificulta ainda mais a concorrência. As prioridades precisam ser modificadas.

Dessa forma, a nossa bandeira de luta é empenhar esforços para apoiar esses pequenos empresários, sobretudo no

atual período de pandemia. O governo federal precisa ajudá-los com crédito, diminuição da burocracia, isenção e diminuição de tributos, dentre outras iniciativas. Conforme análise do Sebrae, com os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), no início de 2019 as micro e pequenas empresas geraram 60,7 mil empregos formais no país. Neste período as médias e grandes empresas fecharam mais de 25 mil vagas de trabalho, demonstrando que os micro e pequenos são a grande mola propulsora de empregos do nosso estado e do nosso país.

Esse é o grande desafio econômico. Fomentar a geração de empregos e a sobrevivência e crescimento das pequenas e médias empresas para colocarmos nossa economia nos trilhos durante a pós-pandemia. Eis nossa luta por um horizonte próspero e digno para a Bahia e o Brasil.

DA REDAÇÃO

ESPAÇO DO LEITOR

opinioao@grupoatarde.com.br

Com chacina, sem vacina

Quem é esse governador do RJ, Cláudio Castro? Um ninguém, ilustre desconhecido, sem preparo, sem competência, sem voto, “sem nada”, eleito como vice de Witzel, outro desconhecido, rapidamente afastado por desvio de recursos na pandemia. Todos filhos da quadrilha bolsonarista, que assaltou, aterrorizou e destrói o Brasil. Essa fatura não pode omitir a terra “adubada”, a origem na conspiração lava-jatista para essa quadrilha chegar ao poder. Nesse momento, cabe a população usar todo o seu potencial de forças para enfrentar essa situação que atinge expressiva maioria, protege minorias da classe dominante (bilionários). São centenas de milhares de mortos por Covid, milhões sem auxílio e emprego, sem vacina e com chacina no Jacarezinho. Tudo parte do pacote bolsonarista. Somente a soberania do povo, no voto, nas manifestações e protestos de rua pode mudar essa realidade. Fora Bolsonaro, volta ao estado de direito. ANTONIO NEGRÃO DE SÁ, NEGRAOSA1@UOL.COM.BR

A quebra de patentes

“A quebra de patentes faz crer no progresso ético da humanidade” (ex-chanceler Celso Amorim). Os EUA anunciaram a quebra de patentes de vacinas contra a Covid-19. Caso

realmente isso seja efetivado, constitui-se num grande avanço ao combate do vírus que já matou mais de quatrocentas mil pessoas no Brasil e outras tantas pessoas no mundo. Na quarta-feira da semana passada (05/05), o presidente Joe Biden fez esse anúncio auspicioso para a humanidade. Que assim seja e não fique só em palavras. A quebra de patentes vai beneficiar países que não dispõem de soluções tecnológicas para produção de vacinas e de recursos suficientes para a compra das mesmas. A quebra de patentes vai proporcionar, ainda, a igualdade de condições no combate ao vírus, resultando em be-

São centenas de milhares de mortos pela Covid-19, milhões sem auxílio e emprego, sem vacina e com chacina no Jacarezinho. Tudo parte do pacote bolsonarista

nefício para o mundo inteiro, porque além de eliminar a incidência da peste, normaliza a situação econômica de países, assegura os empregos e afasta, portanto, o flagelo da fome e da desigualdade social que tem aumentado assustadoramente no Brasil e em outros países. Difícil entender como durante uma pandemia assassina dessas, ainda se negue o uso de vacinas; ainda se negue a quebra de patentes. GRACA GOES, GRACAGOES527@GMAIL.COM

Saudosismo e sensação de vazio

Nesse último dia primeiro de maio, dia do trabalho para uns, dia do trabalhador para outros, em todo o Brasil era um feriado em que as classes trabalhadoras iam maciçamente às ruas, na sua maioria para protestar em busca de melhores condições de trabalho, eventos estes que em muitos momentos viraram comícios. Ao longo dos anos, aqui no Centro Histórico, tínhamos eventos no Campo Grande, na Praça Castro Alves... Aqui no Terreiro de Jesus era festa o dia todo e nós empresários, especialmente do meu ramo, não só reforçávamos os nossos estoques, mas também a equipe de trabalho, para darmos um atendimento de boa qualidade. Houve um ano em que neste dia a humanidade parou estática com a morte do nosso corredor Ayrton

Senna, que morria no dia do trabalho de um acidente de fórmula 1. Ironicamente Ayrton Senna morreu trabalhando, no dia do trabalho, quando pela sua condição financeira não precisava trabalhar. Anos depois, no mesmo dia, uma tragédia aconteceu com familiares nossos, ceifando a vida de dois jovens determinados, lutadores, que pareciam um bezerro novo quando parte para mamar. Hoje, fiz o mesmo trajeto do Campo Grande ao Pelourinho e como diziam os mais velhos, nem um pé de pessoa havia. Há quem diga que os tempos são outros. Verdaderamente verdade, pois essa pandemia que continua dizimando a humanidade precisa ser levada a sério. É preciso que mesmo tomando as duas doses da vacina, continuemos com nossos cuidados, pois infelizmente esse mal é letal. CLARINDO SILVA, CLARINDOLUA@BOL.COM.BR

A TARDE ERROU

Mayale Pitanga no Caderno 2

Na matéria Corpo Quilombo, do Caderno 2 de ontem, dia 11, uma das fotos estampadas é do artista Mayale Pitanga e não de ISSA, como foi divulgado.

ECONOMIA & NEGÓCIOS

economia@grupotarde.com.br

EVENTO O Webinar 2021 “Gestão Pública Municipal: Saúde Financeira dos Municípios” acontece amanhã e será transmitido pelo YouTube e pelo Facebook

A TARDE promove debate sobre gestão dos municípios

BIANCA CARNEIRO

Acontece amanhã, das 15h às 17h, o Webinar 2021 “Gestão Pública Municipal: Saúde Financeira dos Municípios”. Transmitido pelo YouTube e Facebook do Grupo A TARDE, o evento virtual organizado pelo grupo em parceria com a Afinco Consultoria, é o primeiro de um Ciclo de Webinars voltado a discutir a temática.

Com mediação do jornalista Osvaldo Lyra, o encontro conta com palestras do diretor da Afinco Consultoria, Roberto Soledade, e do professor, palestrante e especialista em Carreira, Liderança e Cultura Organizacional, Fábio Rocha, a respeito do tema “Planejamento Estratégico e Planejamento Orçamentário na Administração Municipal”.

Em seguida, acontece um bate-papo sobre “O Impacto da Previdência Social na Saúde Financeira do Município”. A discussão ocorre com a presença do prefeito de Jequié e presidente da UPB-BA, Zé Cocá, do prefeito de Andaraí e presidente da Federação de Consórcios Públicos da Bahia (FecBahia), Wilson Cardoso, do senador Jaques Wagner (PT) e dos deputados federais Cacá Leão (PP) e Lídice da Mata (PSB).

Nos primeiros momentos da programação, o especialista Fábio Rocha vai destacar a importância das prefeituras em manterem um planejamento estratégico para a gestão municipal e como é possível conceber e mantê-lo. “Diferente dos níveis estaduais e federais, as gestões municipais ainda não têm uma cultura de planejamento. Este é o principal ponto que a gente vai dialogar no Webinar – a ausência de uma cultura de planejamento”, observa.

Responsável por falar sobre planejamento orçamentário e financeiro, Roberto Soledade vai explicar como a legislação repercute no dia a dia da



Afinco/ Divulgação

Roberto Soledade vai participar do Webinar 2021

administração municipal. “A saúde financeira pressupõe observar os parâmetros e normas de elaboração dos instrumentos de planejamento orçamentário e financeiro. Dentro dessa fala, o termo principal vai ser sempre o diálogo que deve existir entre a receita pública e as despesas

“É um conteúdo de excelência e o público vai poder perceber os mitos e verdades acerca da administração municipal”

FÁBIO ROCHA, palestrante

públicas para poder encaixar as ações governamentais”, explica o diretor da Afinco Consultoria, que é focada na área de gestão pública.

Para além do interesse político, o evento é importante para a sociedade como um todo, ressalta Fábio Rocha. “Temos uma equipe experiente, que pode falar com muita propriedade sobre a realidade dos municípios, que vem sendo tratada com atenção especial pelo grupo A TARDE e pela Afinco. Tanto o primeiro bloco, que somos eu e Roberto falando, quanto o segundo com os políticos, constituem um conteúdo de excelência, no qual o público vai poder perceber os mitos e verdades acerca da administração municipal”, afirma Fábio.

Para Roberto, o Webinar também vai permitir que o público conheça mais de perto as dificuldades que os gestores sentem na admi-

nistração municipal, frente ao orçamento apertado da máquina pública.

“A atratividade do evento está, primeiro, em levar ao público em geral, as angústias dos prefeitos, mostrar como eles se comportam diante das limitações e tentar traçar possíveis caminhos para diminuir essas angústias. A ideia é passar essa realidade dos gestores em lidar com os recursos escassos e escolher as políticas públicas que devem ser priorizadas em determinados momentos”, diz.

Novos projetos

Este não é o primeiro Webinar voltado a debater as questões dos gestores municipais. Em dezembro de 2020, um outro evento promovido pelo Grupo A TARDE e pela Afinco Consultoria discutiu sobre os desafios dos novos prefeitos eleitos no pleito daquele ano.

A iniciativa faz parte de um projeto de interiorização de A TARDE. “Através das suas plataformas – jornal, portal e rádio –, o Grupo A TARDE busca levar conteúdo de qualidade e com credibilidade para os 417 municípios baianos. Esses webinars trazem pautas das cidades e dos seus representantes. A expectativa é fazermos mais quatro ou cinco edições”, explica o diretor de Relações Institucionais, Luciano Neves.

Segundo Luciano, o projeto de interiorização também inclui ações que resgatam casos de sucesso como o A TARDE Municípios (editoria voltada a noticiar fatos do interior) e o A TARDE Educação (publicação voltada para professores e alunos das escolas das redes municipais e estadual).

“Em quase 109 anos de história não faltam iniciativas que continuam consolidando A TARDE como um dos maiores veículos de comunicação do Nordeste”, concluiu ele.



Movimento pela Reforma Administrativa Eficiente

A Associação Comercial da Bahia (ACB) lançou esta semana a campanha Movimento pela Reforma Administrativa Eficiente. Com o slogan “Todos pela Reforma Administrativa. Ganha o Brasil. Ganha você”, a entidade está construindo uma ampla frente voltada para a discussão e implementação das reformas estruturantes que recolocam o Brasil nos trilhos do desenvolvimento econômico e social.

Através de outdoors, rádios, TVs, jornais, portais de notícias e redes sociais, a intenção é apresentar a reforma administrativa de forma prática para toda a população. Para isso, as peças apresentam o seguinte conteúdo:

- Você quer que a escola pública tenha a mesma qualidade de uma escola particular? E que o posto médico seja tão bom quanto a clínica privada? Você quer acabar com o desperdício do dinheiro público? Então você também quer a reforma administrativa. A principal de todas as reformas do Estado. Só com ela, teremos um serviço público de qualidade, com muito mais eficiência.

Tema da maior urgência para o país, as reformas administrativa e tributária são as principais pautas do movimento que busca agregar diversos setores da sociedade. “O momento atual é favorável e primordial para nos unirmos em prol da reforma administrativa. Para isso, se faz necessário a união e participação de todos os cidadãos, sejam eles empresários ou empregados, autônomos ou servidores públicos. Toda a sociedade brasileira tem que se mobilizar, expressar seus anseios e necessidades para nossos representantes públicos, para que estes atendam aos nossos pleitos através do encaminhamento e urgente aprovação dessas reformas”, justifica o vice-presidente da ACB e coordenador do movimento, Paulo Cavalcanti.

Durante a campanha, as pessoas também serão convidadas a participar do movimento através do envio de vídeos que apresentem os ganhos sociais que a reforma administrativa pode gerar. Os depoimentos gravados por meio de aparelhos celulares podem ser enviados para o e-mail movimentora@gmail.com.

“O serviço público é essencialmente necessário, sobretudo em um país com imensa desigualdade social como o nosso. E uma administração eficiente repercute no bem-estar das pessoas. A nossa intenção é somar esforços e oferecer aos serviços públicos a mesma eficiência das escolas e hospitais privados do nosso país, por exemplo. O que queremos é diminuir a desigualdade social. Temos a certeza de que, com acesso amplo e com a mesma qualidade de ensino, todos poderão ter as mesmas oportunidades”, acrescenta Cavalcanti.

Além da Associação Comercial da Bahia, o movimento conta ainda com a parceria do Grupo de Líderes Empresariais (Lide-BA) e com a participação de representantes jurídicos de diversas entidades associativistas do estado e do país, como Fórum Empresarial da Bahia, Sebrae, Imic, Fieb, Fecomércio, FCDL, Faceb, CDL, Abap, Sindicombustíveis e Lide-MT.

Publicada às quartas-feiras, a coluna mostra a atuação da Associação Comercial da Bahia na defesa do empresariado baiano

COOPERAÇÃO TÉCNICA

Termo garante crédito a microempreendedores

DA REDAÇÃO

Será firmado hoje, às 16h, um termo de cooperação técnica para a expansão do Programa CrediBahia entre a União dos Municípios da Bahia (UPB), a Secretaria Estadual do Trabalho, Renda e Esporte (Setre) e a Agência de Fomento do Estado da Bahia S/A (Desenbahia).

A cerimônia de assinatura do termo ocorrerá na sede da União dos Municípios da Bahia, que fica localizada no Centro Administrativo (CAB).

A iniciativa tem o objetivo de apoiar os microempreendedores do interior baiano. O presidente da UPB e prefeito de Jequié, Zé Cocá (PP), destacou a importância de estimular a geração de emprego e renda nos municípios.

Ele ainda afirmou que o microcrédito, além de fomentar o pequeno, tem um enorme potencial de movimentar a economia local.

O gestor fará a assinatura em conjunto com o presi-

dente da Desenbahia, Francisco Alfredo Miranda, e do secretário estadual do Trabalho, Renda e Esporte, Davidson Magalhães.

Pequenos negócios

O CrediBahia é um programa de microcrédito de iniciativa do Governo da Bahia, idealizado com o intuito de fomentar o desenvolvimento territorial, ampliar a geração de emprego e renda, a partir do apoio ao trabalho desenvolvido pelos empreendedores individuais, grupos de produção, associações produtivas e cooperativas de produção, que não têm acesso às vias de crédito usuais.

A concessão do primeiro empréstimo, tanto para capital de giro quanto para investimento fixo varia de R\$ 200 a R\$ 1.500.

Com as renovações, pode chegar progressivamente a R\$ 7 mil para os empreendedores informais e a R\$ 15 mil para aqueles que possuem Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).

CONJUNTURA

Varejo cresce e indústria recua na Bahia em março

DA REDAÇÃO

O comércio varejista da Bahia faturou R\$ 7,8 bilhões, forte aumento de 13,5% em março, relação ao mesmo período de 2020, o que representa um ganho de quase R\$ 1 bilhão. Lembrando que foi nesse mesmo mês no ano passado que a pandemia do coronavírus acertava em cheio a economia brasileira, com restrição quase que completa das atividades econômicas.

“Por isso, não é o mais adequado, a partir de agora, fazer as comparações como o período de pandemia. A base de comparação estatística está bastante fragilizada e que deve gerar nos próximos meses variações positivas expressivas, porém que não reflete a realidade do momento”, diz o consultor econômico da Fecomércio-BA, Guilherme Dietze.

Por isso, quando comparado com março de 2019, ano pré-pandemia, o comércio tem queda de 6,6%. E ficou praticamente igual o número de setores que registram crescimento e queda nas vendas. Pelo lado ne-

gativo, a maior variação é do setor de vestuário, tecidos e calçados, de -63,9%.

Produção

Já a produção industrial (de transformação e extrativa mineral) da Bahia em março de 2021, ajustada sazonalmente, recuou 6,2% frente ao mês imediatamente anterior, após recuar 2,6% em fevereiro.

Na comparação com igual mês do ano anterior, a indústria baiana assinalou queda de 18,3%. No primeiro trimestre do ano, a indústria registrou queda de 17,9%, em relação ao mesmo período anterior. O indicador, no acumulado dos últimos 12 meses, apresentou decréscimo de 11,2% frente ao mesmo período anterior.

As informações, divulgadas ontem, fazem parte da Pesquisa Industrial Mensal (PIM) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), sistematizadas e analisadas pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), vinculada à Secretaria do Planejamento (Seplan).

CURTAS

Construção tem inflação de 1,87%

O Índice Nacional da Construção Civil (Sinapi), mediado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), registrou taxa de inflação de 1,87% em abril, taxa superior à de 1,45% de março e à de 0,25% de abril de 2020. O indicador, divulgado ontem, acumula taxa de 6,81% no ano e de 16,31% em 12 meses. Com a inflação de abril, o custo por metro quadrado da construção passou a ser de R\$ 1.363,41. Os materiais de construção ficaram 3,14% mais caros em abril e passaram a custar R\$ 789,10 por metro quadrado. Já o metro quadrado da mão de obra encareceu 0,18% no mês e passou a custar R\$ 574,31.

Senado aprova Pronampe

O Senado aprovou ontem o caráter permanente do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe). O Pronampe foi criado em maio do ano passado para auxiliar financeiramente os pequenos negócios e, ao mesmo tempo, manter empregos durante a pandemia de Covid-19. O projeto vai à sanção presidencial. O texto aprovado ontem prevê que os recursos reservados ao programa sejam usados de forma permanente para a tomada de crédito das empresas de pequeno porte. O autor da lei que criou o Pronampe e também o projeto de lei é senador Jorginho Mello (PL-SC).

OPINIÃO

Os artigos assinados publicados nas páginas A2 e A3 não expressam necessariamente a opinião de A TARDE. Participe desta página: e-mail: opinioao@grupoatarde.com.br Cartas: Redação de A TARDE/Opinião - R. Professor Milton Cayres de Brito, 204, Caminho das Árvores, Salvador-BA, CEP 41822-900

opinioao@grupoatarde.com.br

Tempo Presente

tempopresente@grupoatarde.com.br

Beleza Bahia mira mercado exterior

Um projeto desenvolvido pela Federação das Indústrias do Estado da Bahia (Fieb) visa apoiar os negócios relacionados à beleza. Trata-se do Beleza Bahia, parceria com a Confederação Nacional da Indústria (CNI), tendo como órgão responsável por seu desenvolvimento o Centro Internacional de Negócios da Fieb.

Envolvendo também o saber especializado dos colaboradores do Sebrae-Bahia, o projeto mira o mercado internacional, para onde micro e pequenas empresas devem propor seus produtos e serviços.

– Sabemos que um apoio efetivo e sistemático é fundamental para que as pequenas empresas possam aproveitar oportunidades de negócios identificadas em mercados estrangeiros – afirma a gerente da Fieb, Patrícia Orrico.

Segundo a profissional da federação das indústrias, o projeto é voltado a empresas que desejam fazer com que os seus produtos ingressem nesses países de forma direta, assistida e bem-sucedida.

Os empresários participantes terão a oportunidade de desenvolver competências necessárias ao comportamento esperado para o intercâmbio com o exterior, como adequação de produtos, formação de preço, construção de plano estratégico, entre outras capacitações.

O Beleza Bahia tem o compromisso de atender pequenos empreendimentos da indústria nos segmentos de higiene pessoal, perfumaria e cosméticos, vestuário e acessórios, ao oferecer, além da capacitação, o acompanhamento dos negócios.

Para ter acesso aos serviços, basta aos interessados procurar as unidades do Sistema Fieb e do Sebrae em todo o estado, tendo ainda a possibilidade de obter mais informações pelo telefone (71) 3343-1424, ou pelo e-mail cin-fieb@fieb.org.br.

“No mundo todo, os estudos apontam a não eficácia comprovada [da cloroquina] em estudos ortodoxamente regulados (...). Então, até o momento, as informações vão contra a possibilidade do uso na Covid-19”

ANTÔNIO BARRA TORRES, diretor-presidente da Anvisa, durante seu depoimento ontem à CPI da Covid-19



Felipe Iruatã / Ag. A TARDE

MÁSCARAS | *Que máscara escolhem aqueles que tripudiam da tragédia que vivemos? Que interesses essa máscara esconde? Quem se beneficia de lideranças que, no exercício do poder, se isentam de responsabilidade e jogam para a torcida?*

Os desafios para as pequenas e médias empresas

Niltinho

Deputado estadual

O PDDU de Salvador versa sobre “ações que gerem riqueza, distribuam renda, aumentem o número de postos de trabalho formais, possibilitem o autoemprego, o empreendedorismo e propiciem igualdade de acesso às oportunidades”. Ocorre que há dificuldades no alcance destes objetivos. Por exemplo, não temos mais o título de cidade com o maior PIB do Nordeste. O PIB de Fortaleza é de R\$ 67 bilhões e o de Salvador está na faixa de R\$ 63 bilhões. Os dados do IBGE são relativos a 2020.

Mas qual é o cenário econômico de Salvador? O setor terciário da economia é um dos grandes empregadores da população. E nos bairros populares é relevante

o papel do comércio como “alavanca” que retroalimenta a economia local. E, neste contexto, os pequenos e médios mercados são um dos segmentos mais importantes nos bairros periféricos.

Ocorre que a atual legislação de ocupação urbana (Louos e PDDU) permite a instalação das grandes redes de supermercados nestas comunidades. Não é algo a se estranhar na “livre” concorrência. Mas como o proprietário de um pequeno estabelecimento pode manter seu negó-

Os pequenos e médios mercados são um dos segmentos mais importantes nos bairros periféricos

cio atrativo quando a competição é com grupos empresariais gigantes e com diretrizes latentes de expansão?

De acordo com a Agência Brasil, o desemprego em 2020 no país teve uma média de 13,5%. A solução tem sido o empreendedorismo. E os estímulos para a sobrevivência dos médios e pequenos negócios passam por capacitação, fornecedores com preços atrativos, e por um debate sobre a necessidade de tributações diferenciadas entre pequenas, médias e grandes empresas.

E as vultuosas quantias de financiamento dos bancos governamentais são dirigidas justamente às grandes empresas. Eis outro fator que dificulta ainda mais a concorrência. As prioridades precisam ser modificadas.

Dessa forma, a nossa bandeira de luta é empenhar esforços para apoiar esses pequenos empresários, sobretudo no

atual período de pandemia. O governo federal precisa ajudá-los com crédito, diminuição da burocracia, isenção e diminuição de tributos, dentre outras iniciativas. Conforme análise do Sebrae, com os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), no início de 2019 as micro e pequenas empresas geraram 60,7 mil empregos formais no país. Neste período as médias e grandes empresas fecharam mais de 25 mil vagas de trabalho, demonstrando que os micro e pequenos são a grande mola propulsora de empregos do nosso estado e do nosso país.

Esse é o grande desafio econômico. Fomentar a geração de empregos e a sobrevivência e crescimento das pequenas e médias empresas para colocarmos nossa economia nos trilhos durante a pós-pandemia. Eis nossa luta por um horizonte próspero e digno para a Bahia e o Brasil.

DA REDAÇÃO

ESPAÇO DO LEITOR

opinioao@grupoatarde.com.br

Com chacina, sem vacina

Quem é esse governador do RJ, Cláudio Castro? Um ninguém, ilustre desconhecido, sem preparo, sem competência, sem voto, “sem nada”, eleito como vice de Witzel, outro desconhecido, rapidamente afastado por desvio de recursos na pandemia. Todos filhos da quadrilha bolsonarista, que assaltou, aterrorizou e destrói o Brasil. Essa fatura não pode omitir a terra “adubada”, a origem na conspiração lava-jatista para essa quadrilha chegar ao poder. Nesse momento, cabe a população usar todo o seu potencial de forças para enfrentar essa situação que atinge expressiva maioria, protege minorias da classe dominante (bilionários). São centenas de milhares de mortos por Covid, milhões sem auxílio e emprego, sem vacina e com chacina no Jacarezinho. Tudo parte do pacote bolsonarista. Somente a soberania do povo, no voto, nas manifestações e protestos de rua pode mudar essa realidade. Fora Bolsonaro, volta ao estado de direito. ANTONIO NEGRÃO DE SÁ, NEGRAOSA1@UOL.COM.BR

A quebra de patentes

“A quebra de patentes faz crer no progresso ético da humanidade” (ex-chanceler Celso Amorim). Os EUA anunciaram a quebra de patentes de vacinas contra a Covid-19. Caso

realmente isso seja efetivado, constitui-se num grande avanço ao combate do vírus que já matou mais de quatrocentas mil pessoas no Brasil e outras tantas pessoas no mundo. Na quarta-feira da semana passada (05/05), o presidente Joe Biden fez esse anúncio auspicioso para a humanidade. Que assim seja e não fique só em palavras. A quebra de patentes vai beneficiar países que não dispõem de soluções tecnológicas para produção de vacinas e de recursos suficientes para a compra das mesmas. A quebra de patentes vai proporcionar, ainda, a igualdade de condições no combate ao vírus, resultando em be-

São centenas de milhares de mortos pela Covid-19, milhões sem auxílio e emprego, sem vacina e com chacina no Jacarezinho. Tudo parte do pacote bolsonarista

nefício para o mundo inteiro, porque além de eliminar a incidência da peste, normaliza a situação econômica de países, assegura os empregos e afasta, portanto, o flagelo da fome e da desigualdade social que tem aumentado assustadoramente no Brasil e em outros países. Difícil entender como durante uma pandemia assassina dessas, ainda se negue o uso de vacinas; ainda se negue a quebra de patentes. GRACA GOES, GRACAGOES527@GMAIL.COM

Saudosismo e sensação de vazio

Nesse último dia primeiro de maio, dia do trabalho para uns, dia do trabalhador para outros, em todo o Brasil era um feriado em que as classes trabalhadoras iam maciçamente às ruas, na sua maioria para protestar em busca de melhores condições de trabalho, eventos estes que em muitos momentos viraram comícios. Ao longo dos anos, aqui no Centro Histórico, tínhamos eventos no Campo Grande, na Praça Castro Alves... Aqui no Terreiro de Jesus era festa o dia todo e nós empresários, especialmente do meu ramo, não só reforçávamos os nossos estoques, mas também a equipe de trabalho, para darmos um atendimento de boa qualidade. Houve um ano em que neste dia a humanidade parou estática com a morte do nosso corredor Ayrton

Senna, que morria no dia do trabalho de um acidente de fórmula 1. Ironicamente Ayrton Senna morreu trabalhando, no dia do trabalho, quando pela sua condição financeira não precisava trabalhar. Anos depois, no mesmo dia, uma tragédia aconteceu com familiares nossos, ceifando a vida de dois jovens determinados, lutadores, que pareciam um bezerro novo quando parte para mamar. Hoje, fiz o mesmo trajeto do Campo Grande ao Pelourinho e como diziam os mais velhos, nem um pé de pessoa havia. Há quem diga que os tempos são outros. Verdaderamente verdade, pois essa pandemia que continua dizimando a humanidade precisa ser levada a sério. É preciso que mesmo tomando as duas doses da vacina, continuemos com nossos cuidados, pois infelizmente esse mal é letal. CLARINDO SILVA, CLARINDOLUA@BOL.COM.BR

A TARDE ERROU

Mayale Pitanga no Caderno 2

Na matéria Corpo Quilombo, do Caderno 2 de ontem, dia 11, uma das fotos estampadas é do artista Mayale Pitanga e não de ISSA, como foi divulgado.

ECONOMIA & NEGÓCIOS

economia@grupotarde.com.br

EVENTO O Webinar 2021 “Gestão Pública Municipal: Saúde Financeira dos Municípios” acontece amanhã e será transmitido pelo YouTube e pelo Facebook

A TARDE promove debate sobre gestão dos municípios

BIANCA CARNEIRO

Acontece amanhã, das 15h às 17h, o Webinar 2021 “Gestão Pública Municipal: Saúde Financeira dos Municípios”. Transmitido pelo YouTube e Facebook do Grupo A TARDE, o evento virtual organizado pelo grupo em parceria com a Afinco Consultoria, é o primeiro de um Ciclo de Webinars voltado a discutir a temática.

Com mediação do jornalista Osvaldo Lyra, o encontro conta com palestras do diretor da Afinco Consultoria, Roberto Soledade, e do professor, palestrante e especialista em Carreira, Liderança e Cultura Organizacional, Fábio Rocha, a respeito do tema “Planejamento Estratégico e Planejamento Orçamentário na Administração Municipal”.

Em seguida, acontece um bate-papo sobre “O Impacto da Previdência Social na Saúde Financeira do Município”. A discussão ocorre com a presença do prefeito de Jequié e presidente da UPB-BA, Zé Cocá, do prefeito de Andaraí e presidente da Federação de Consórcios Públicos da Bahia (FecBahia), Wilson Cardoso, do senador Jaques Wagner (PT) e dos deputados federais Cacá Leão (PP) e Lídice da Mata (PSB).

Nos primeiros momentos da programação, o especialista Fábio Rocha vai destacar a importância das prefeituras em manterem um planejamento estratégico para a gestão municipal e como é possível conceber e mantê-lo. “Diferente dos níveis estaduais e federais, as gestões municipais ainda não têm uma cultura de planejamento. Este é o principal ponto que a gente vai dialogar no Webinar – a ausência de uma cultura de planejamento”, observa.

Responsável por falar sobre planejamento orçamentário e financeiro, Roberto Soledade vai explicar como a legislação repercute no dia a dia da



Afinco/ Divulgação

Roberto Soledade vai participar do Webinar 2021

administração municipal. “A saúde financeira pressupõe observar os parâmetros e normas de elaboração dos instrumentos de planejamento orçamentário e financeiro. Dentro dessa fala, o termo principal vai ser sempre o diálogo que deve existir entre a receita pública e as despesas

“É um conteúdo de excelência e o público vai poder perceber os mitos e verdades acerca da administração municipal”

FÁBIO ROCHA, palestrante

públicas para poder encaixar as ações governamentais”, explica o diretor da Afinco Consultoria, que é focada na área de gestão pública.

Para além do interesse político, o evento é importante para a sociedade como um todo, ressalta Fábio Rocha. “Temos uma equipe experiente, que pode falar com muita propriedade sobre a realidade dos municípios, que vem sendo tratada com atenção especial pelo grupo A TARDE e pela Afinco. Tanto o primeiro bloco, que somos eu e Roberto falando, quanto o segundo com os políticos, constituem um conteúdo de excelência, no qual o público vai poder perceber os mitos e verdades acerca da administração municipal”, afirma Fábio.

Para Roberto, o Webinar também vai permitir que o público conheça mais de perto as dificuldades que os gestores sentem na admi-

nistração municipal, frente ao orçamento apertado da máquina pública.

“A atratividade do evento está, primeiro, em levar ao público em geral, as angústias dos prefeitos, mostrar como eles se comportam diante das limitações e tentar traçar possíveis caminhos para diminuir essas angústias. A ideia é passar essa realidade dos gestores em lidar com os recursos escassos e escolher as políticas públicas que devem ser priorizadas em determinados momentos”, diz.

Novos projetos

Este não é o primeiro Webinar voltado a debater as questões dos gestores municipais. Em dezembro de 2020, um outro evento promovido pelo Grupo A TARDE e pela Afinco Consultoria discutiu sobre os desafios dos novos prefeitos eleitos no pleito daquele ano.

A iniciativa faz parte de um projeto de interiorização de A TARDE. “Através das suas plataformas – jornal, portal e rádio –, o Grupo A TARDE busca levar conteúdo de qualidade e com credibilidade para os 417 municípios baianos. Esses webinars trazem pautas das cidades e dos seus representantes. A expectativa é fazermos mais quatro ou cinco edições”, explica o diretor de Relações Institucionais, Luciano Neves.

Segundo Luciano, o projeto de interiorização também inclui ações que resgatam casos de sucesso como o A TARDE Municípios (editoria voltada a noticiar fatos do interior) e o A TARDE Educação (publicação voltada para professores e alunos das escolas das redes municipais e estadual).

“Em quase 109 anos de história não faltam iniciativas que continuam consolidando A TARDE como um dos maiores veículos de comunicação do Nordeste”, concluiu ele.



Movimento pela Reforma Administrativa Eficiente

A Associação Comercial da Bahia (ACB) lançou esta semana a campanha Movimento pela Reforma Administrativa Eficiente. Com o slogan “Todos pela Reforma Administrativa. Ganha o Brasil. Ganha você”, a entidade está construindo uma ampla frente voltada para a discussão e implementação das reformas estruturantes que recolocam o Brasil nos trilhos do desenvolvimento econômico e social.

Através de outdoors, rádios, TVs, jornais, portais de notícias e redes sociais, a intenção é apresentar a reforma administrativa de forma prática para toda a população. Para isso, as peças apresentam o seguinte conteúdo:

- Você quer que a escola pública tenha a mesma qualidade de uma escola particular? E que o posto médico seja tão bom quanto a clínica privada? Você quer acabar com o desperdício do dinheiro público? Então você também quer a reforma administrativa. A principal de todas as reformas do Estado. Só com ela, teremos um serviço público de qualidade, com muito mais eficiência.

Tema da maior urgência para o país, as reformas administrativa e tributária são as principais pautas do movimento que busca agregar diversos setores da sociedade. “O momento atual é favorável e primordial para nos unirmos em prol da reforma administrativa. Para isso, se faz necessário a união e participação de todos os cidadãos, sejam eles empresários ou empregados, autônomos ou servidores públicos. Toda a sociedade brasileira tem que se mobilizar, expressar seus anseios e necessidades para nossos representantes públicos, para que estes atendam aos nossos pleitos através do encaminhamento e urgente aprovação dessas reformas”, justifica o vice-presidente da ACB e coordenador do movimento, Paulo Cavalcanti.

Durante a campanha, as pessoas também serão convidadas a participar do movimento através do envio de vídeos que apresentem os ganhos sociais que a reforma administrativa pode gerar. Os depoimentos gravados por meio de aparelhos celulares podem ser enviados para o e-mail movimentora@gmail.com.

“O serviço público é essencialmente necessário, sobretudo em um país com imensa desigualdade social como o nosso. E uma administração eficiente repercute no bem-estar das pessoas. A nossa intenção é somar esforços e oferecer aos serviços públicos a mesma eficiência das escolas e hospitais privados do nosso país, por exemplo. O que queremos é diminuir a desigualdade social. Temos a certeza de que, com acesso amplo e com a mesma qualidade de ensino, todos poderão ter as mesmas oportunidades”, acrescenta Cavalcanti.

Além da Associação Comercial da Bahia, o movimento conta ainda com a parceria do Grupo de Líderes Empresariais (Lide-BA) e com a participação de representantes jurídicos de diversas entidades associativistas do estado e do país, como Fórum Empresarial da Bahia, Sebrae, Imic, Fieb, Fecomércio, FCDL, Faceb, CDL, Abap, Sindicombustíveis e Lide-MT.

Publicada às quartas-feiras, a coluna mostra a atuação da Associação Comercial da Bahia na defesa do empresariado baiano

COOPERAÇÃO TÉCNICA

Termo garante crédito a microempreendedores

DA REDAÇÃO

Será firmado hoje, às 16h, um termo de cooperação técnica para a expansão do Programa CrediBahia entre a União dos Municípios da Bahia (UPB), a Secretaria Estadual do Trabalho, Renda e Esporte (Setre) e a Agência de Fomento do Estado da Bahia S/A (Desenbahia).

A cerimônia de assinatura do termo ocorrerá na sede da União dos Municípios da Bahia, que fica localizada no Centro Administrativo (CAB).

A iniciativa tem o objetivo de apoiar os microempreendedores do interior baiano. O presidente da UPB e prefeito de Jequié, Zé Cocá (PP), destacou a importância de estimular a geração de emprego e renda nos municípios.

Ele ainda afirmou que o microcrédito, além de fomentar o pequeno, tem um enorme potencial de movimentar a economia local.

O gestor fará a assinatura em conjunto com o presi-

dente da Desenbahia, Francisco Alfredo Miranda, e do secretário estadual do Trabalho, Renda e Esporte, Davidson Magalhães.

Pequenos negócios

O CrediBahia é um programa de microcrédito de iniciativa do Governo da Bahia, idealizado com o intuito de fomentar o desenvolvimento territorial, ampliar a geração de emprego e renda, a partir do apoio ao trabalho desenvolvido pelos empreendedores individuais, grupos de produção, associações produtivas e cooperativas de produção, que não têm acesso às vias de crédito usuais.

A concessão do primeiro empréstimo, tanto para capital de giro quanto para investimento fixo varia de R\$ 200 a R\$ 1.500.

Com as renovações, pode chegar progressivamente a R\$ 7 mil para os empreendedores informais e a R\$ 15 mil para aqueles que possuem Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).

CONJUNTURA

Varejo cresce e indústria recua na Bahia em março

DA REDAÇÃO

O comércio varejista da Bahia faturou R\$ 7,8 bilhões, forte aumento de 13,5% em março, relação ao mesmo período de 2020, o que representa um ganho de quase R\$ 1 bilhão. Lembrando que foi nesse mesmo mês no ano passado que a pandemia do coronavírus acertava em cheio a economia brasileira, com restrição quase que completa das atividades econômicas.

“Por isso, não é o mais adequado, a partir de agora, fazer as comparações como o período de pandemia. A base de comparação estatística está bastante fragilizada e que deve gerar nos próximos meses variações positivas expressivas, porém que não reflete a realidade do momento”, diz o consultor econômico da Fecomércio-BA, Guilherme Dietze.

Por isso, quando comparado com março de 2019, ano pré-pandemia, o comércio tem queda de 6,6%. E ficou praticamente igual o número de setores que registram crescimento e queda nas vendas. Pelo lado ne-

gativo, a maior variação é do setor de vestuário, tecidos e calçados, de -63,9%.

Produção

Já a produção industrial (de transformação e extrativa mineral) da Bahia em março de 2021, ajustada sazonalmente, recuou 6,2% frente ao mês imediatamente anterior, após recuar 2,6% em fevereiro.

Na comparação com igual mês do ano anterior, a indústria baiana assinalou queda de 18,3%. No primeiro trimestre do ano, a indústria registrou queda de 17,9%, em relação ao mesmo período anterior. O indicador, no acumulado dos últimos 12 meses, apresentou decréscimo de 11,2% frente ao mesmo período anterior.

As informações, divulgadas ontem, fazem parte da Pesquisa Industrial Mensal (PIM) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), sistematizadas e analisadas pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), vinculada à Secretaria do Planejamento (Seplan).

CURTAS

Construção tem inflação de 1,87%

O Índice Nacional da Construção Civil (Sinapi), mediado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), registrou taxa de inflação de 1,87% em abril, taxa superior à de 1,45% de março e à de 0,25% de abril de 2020. O indicador, divulgado ontem, acumula taxa de 6,81% no ano e de 16,31% em 12 meses. Com a inflação de abril, o custo por metro quadrado da construção passou a ser de R\$ 1.363,41. Os materiais de construção ficaram 3,14% mais caros em abril e passaram a custar R\$ 789,10 por metro quadrado. Já o metro quadrado da mão de obra encareceu 0,18% no mês e passou a custar R\$ 574,31.

Senado aprova Pronampe

O Senado aprovou ontem o caráter permanente do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe). O Pronampe foi criado em maio do ano passado para auxiliar financeiramente os pequenos negócios e, ao mesmo tempo, manter empregos durante a pandemia de Covid-19. O projeto vai à sanção presidencial. O texto aprovado ontem prevê que os recursos reservados ao programa sejam usados de forma permanente para a tomada de crédito das empresas de pequeno porte. O autor da lei que criou o Pronampe e também o projeto de lei é senador Jorginho Mello (PL-SC).

GESTÃO Prefeito informa que falta de repasses do governo federal pode afetar as contas públicas a ponto de fechar hospitais de campanha na cidade

Bruno: situação financeira de Salvador é 'delicadíssima'

Betto Jr / Secom-PMS / Divulgação

FERNANDO VALVERDE

O prefeito de Salvador, Bruno Reis (DEM), alertou para a situação econômica "delicadíssima" que o Município enfrenta para manter a estrutura de combate à pandemia neste ano.

De acordo com o gestor, a cidade só tem condições de se manter com recursos próprios até o mês de junho e a falta de repasses e de financiamentos do Governo Federal pode afetar as contas públicas a ponto de fechar hospitais de campanha na cidade e cancelar políticas públicas, como auxílios sociais, doação de cestas básicas e até mesmo a operação de imunização na cidade.

"Estamos segurando essa estrutura nas costas. Os leitos do Hospital Santa Clara não tiveram suas despesas reconhecidas e financiadas, os 20 leitos da tenda de suporte respiratório não foram reconhecidos, então, a luz que era amarela se torna vermelha em relação às finanças. A situação do cofre público da cidade está delicadíssima e estamos mantendo tudo sem ajuda do Governo Federal", afirmou.

Destruar os recursos provenientes da União, que foram de R\$ 553 milhões em 2020, para R\$ 53 milhões no primeiro quadrimestre de 2021, para ajudar nas contas públicas da capital baiana serão o principal motivo da viagem do prefeito à Brasília, hoje. De acordo com Bru-



Bruno vai a Brasília para tentar liberar recursos

"A luz que era amarela se torna vermelha (...) A situação da cidade está delicadíssima e estamos mantendo tudo sem ajuda do governo federal"

BRUNO REIS, prefeito

no, uma reunião no Ministério da Saúde está agenda para tentar viabilizar o financiamento dos leitos e desafogar as finanças da cidade.

"No primeiro quadrimestre, o gasto da prefeitura foi superior ao que temos para pagar. Não temos como manter esses níveis de investimento para além do mês de junho. Estamos entrando no superávit, que era uma poupança deixada pelo ex-prefeito ACM Neto. No mês de abril, tivemos que recorrer a essa poupança", pontuou.

Cronograma ameaçado O prefeito recuou ainda da intenção previamente

anunciada de vacinar 50% da população da cidade até o mês de junho. De acordo com ele, a redução de doses que serão ofertadas pelo Ministério da Saúde não permitirão o cumprimento integral do cronograma.

"Tínhamos uma planilha, apresentada pelo secretário executivo do Ministério da Saúde, com um total de doses previstas para todo o Brasil, em maio, de 46 milhões. Mas agora já sabemos que o Ministério da Saúde confirmou uma redução de 12 milhões de doses. Isso impacta diretamente Salvador", disse em entrevista coletiva.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA
NÚCLEO DE LICITAÇÃO
AVISO DE EDITAL – TJ-ADM-2021/16264

Objeto: Contratação de empresa especializada no fornecimento e na distribuição de água mineral potável sem gás, por demanda, nas unidades do Poder Judiciário do Estado da Bahia, de forma continuada, no âmbito da capital, por um período de 12 (doze) meses. O Núcleo de Licitação informa aos interessados a abertura da licitação a seguir: **Pregão Eletrônico nº 021/2021 – Acolhimento das propostas a partir de:** 13/05/2021 às 08:00 horas. **Abertura das propostas:** 25/05/2021 às 09:00 horas. **Início da sessão de disputa de preços:** 25/05/2021 às 09:30 horas. (Horário de Brasília). O Edital em referência se encontra disponível nos endereços eletrônicos: www.tjba.jus.br; ícone: licitação – pesquisa e www.licitacoes-e.com.br.

Salvador, 11 de maio de 2021.

Antonio Henrique Sampaio Garcia-Chefe do Núcleo de Licitação.

Na luta de sempre por um novo amanhã
SINDICATO DOS BANCÁRIOS DE JEQUIÉ E REGIÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DO VI CONGRESSO DOS BANCÁRIOS DE JEQUIÉ E REGIÃO

O Presidente Sindicato dos Bancários de Jequié e Região, no uso de suas atribuições que lhe confere o estatuto, convida todos os associados para participarem da **Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada no dia 19.06.2021 (sábado) às 9 horas**, através da plataforma ZOOM de forma remota/virtual, cujo acesso se dará mediante acesso: <https://us02web.zoom.us/j/9244211111> ou pelo site www.bancariosjeque.com.br, onde estarão disponíveis todas as informações necessárias para a apreciação/deliberação com o seguinte ordem do dia: 1) Realização do VI Congresso do Sindicato dos Bancários de Jequié e Região; 2) Apreciação e aprovação do Regimento, para VI Congresso do Sindicato dos Bancários de Jequié e Região; 3) Eleição da mesa diretora do congresso; 4) Alteração estatutária conforme proposta a ser apresentada. As Assembleias para eleição dos delegados, nos locais de trabalho deverão ocorrer entre o período de 17 de maio de 2021 à 11 de junho de 2021. Jequié (BA), 17 de maio de 2021. **Fabiano Nascimento Miranda** - Presidente.

ORÇAMENTO SECRETO

Deputados divergem sobre CPI para apurar repasses

LUIZ FELIPE FERNANDEZ

A repercussão sobre o caso do suposto orçamento paralelo do governo federal utilizado para afagar os parlamentares da base foi grande em Brasília. Entre os deputados baianos, há algumas divergências sobre a possível instauração de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurar o caso revelado pelo Estadão.

Para o deputado federal Zé Neto (PT-BA), "cabe investigação mais profunda" do "toma lá da cá" que estaria sendo promovido pelo governo Bolsonaro.

Em conversa com o grupo A TARDE ontem, o vice-líder da bancada do PT na Câmara afirmou que o presidente ilude os seus eleitores ao repetir a tática de compra de apoio no Congresso do ex-presidente Michel Temer.

"Desde a época de Michel Temer, foi isso que deu o tom do governo Temer, o 'toma lá da cá'. Aliás, uma das mais badaladas propostas do presidente atual foi acabar com isso, ele dizia que partido nenhum mandava nele, que os ministros seriam técnicos. Tudo isso é 'disse me disse' para iludir os e dimensão da tragédia que vivemos com esse governo", analisa.

Afonso Florence, também do PT, evitou comentar detalhes do caso, mas reconheceu a relevância da matéria do Estadão. Segundo ele, o ponto principal são as suspeitas de superfaturamento e do "uso político do orçamento para aprovar medidas impopulares". Apesar de Bolsonaro hoje ter maioria na Casa, uma CPI poderia "investigar seriamente

te acusações dessa envergadura", avalia o petista.

Colega de partido de Cláudio Cajado (PP-BA), vice-líder do Governo no Congresso e que é citado na matéria do Estadão como um dos parlamentares beneficiados pelo direcionamento de emendas, o deputado Mário Negromonte Jr. nega que o partido participe deste jogo político.

Segundo ele, a relação dos parlamentares com o Palácio do Planalto e diferentes ministérios são cruciais para a liberação dos recursos. Este seria o caso de Cajado, que além de ser vice-líder também participa da Comissão de Orçamento na Câmara.

"Sem sentido"

Se no estado a sigla se alia ao governo do estado, a nível nacional o partido, representado na figura do presidente Ciro Nogueira, é um dos maiores aliados do governo Jair Bolsonaro. De acordo com Negromonte Jr., não faria sentido negociar apoio com aqueles que já são da sua base.

"Pelo menos dentro do meu partido não houve esse 'toma lá da cá', de você votar com o governo em troca de orçamento paralelo. O que há, na verdade, são nossas emendas individuais que acontecem todo ano, que decorrem com o problema do orçamento pela discussão sobre o teto, se iria passar ou não", assegurou em conversa com grupo A TARDE.

"Eu por exemplo, votei contra a reforma da Previdência. Posso dizer por mim que ninguém do governo ofereceu nada para votar a favor", garantiu Negromonte Jr., que disse desconhecer qualquer tipo de "orçamento sigiloso".

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NAS EMPRESAS DE REFEIÇÕES COLETIVAS E AFINS - EDITAL DE CONVOCAÇÃO- ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA - ALTERAÇÃO ESTATUTÁRIA.

O Presidente da Federação Nacional dos Trabalhadores nas Empresas de Refeições Coletivas e Afins, Restaurantes Industriais, Cozinhas Industriais, e Refeições Convênio, inscrito no CNPJ/MF 04.184.625/0001-33, com sede na QRO1A, Conjunto RT, Casa 42, sala 06 - Candangolândia - DF - CEP 71.727-140, no uso das atribuições estatutárias e com fulcro na legislação vigente (art. 8º, do CFC), convida todos os membros do Conselho de Representantes da Federação, representantes da categoria dos Trabalhadores nas Empresas de Refeições Coletivas e Afins/Restaurantes Industriais, Cozinhas Industriais, e Refeições Convênio) para reunirem-se em Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada no dia 17 de julho de 2021, às 9:30 horas em primeira convocação, e às 10:30 horas em segunda convocação, sempre respectivo a quórum estatutário, tendo como local de sua realização a sede da entidade sítio à QRO1A, Conjunto RT, Casa 42, sala 06 - Candangolândia - DF, CEP 71.727-140 para deliberarem a seguinte ordem do dia: ratificação da deliberação adotada na AGE realizada em 18/03/2018 que aprovou alteração estatutária que alterou a denominação da entidade para especificar e incluir em sua nomenclatura o seguimento de Refeições Escolares, Formidárias (Merenda Escolar Fornece) e Refeições Convênio, que também completam a categoria dos Trabalhadores de Refeições Coletivas. Não haverá deliberação acerca de alteração da base territorial. Ataide Francisco de Moraes, CPF nº 671.256.898.68, com endereço na QRO1A, Conjunto RT, Casa 42, Sala 06 - Candangolândia - DF, Diretor Presidente da Federação Nacional dos Trabalhadores nas Empresas de Refeições Coletivas e Afins, Restaurantes Industriais, Cozinhas Industriais e Refeições Convênio. Brasília-DF, 11 de maio de 2021. **ATAIDE FRANCISCO DE MORAIS** - Presidente.

CAMARA MUNICIPAL DE BONITO - BAHIA
CNPJ: 16.245.375/0001-51
AVISO DE LICITAÇÃO – TOMADA DE PREÇOS N.º 01/2021 PROCESSO Nº 028/2021.

A CÂMARA MUNICIPAL DE BONITO, Estado da Bahia, por meio do Presidente Municipal, torna público a abertura de procedimento licitatório na modalidade TOMADA DE PREÇOS, do tipo menor preço, em conformidade com a Lei Federal nº 8.666/93 e 21 de junho de 1993 e suas alterações, mediante as condições estabelecidas no edital, para o seguinte objeto: locação de software de informática contendo os seguintes módulos: Contabilidade Pública; Tesouraria; Recursos Humanos; Patrimônio; Licitação; SIGA. O recebimento dos envelopes será realizado pela Comissão Permanente de Controle Interno e SIGA. No dia 20/05/2021, às 12:00 horas, na sala do Departamento de Licitação da Câmara Municipal e a sessão de abertura dos envelopes e julgamento das propostas ocorrerá no dia 27/05/2021 na sala de reuniões da Câmara Municipal. Informações complementares, edital e seus anexos, poderão ser obtidas no site: www.camaronbonito.ba.gov.br ou fisicamente na sede da Câmara Municipal de Bonito, praça Benedito Mina, s/n, ou através do telefone (075) 3343-2142 e e-mail: camaronbonito@outlook.com Bonito-BA, 11 de maio de 2021. **WENDEL DE SOUZA PRIMO** Presidente da Comissão de Licitação.

AVISO DE LICITAÇÃO – TOMADA DE PREÇOS N.º 02/2021 PROCESSO Nº 029/2021.

A CÂMARA MUNICIPAL DE BONITO, Estado da Bahia, por meio do Presidente Municipal, torna público a abertura de procedimento licitatório na modalidade TOMADA DE PREÇOS, do tipo menor preço, em conformidade com a Lei Federal nº 8.666/93 e 21 de junho de 1993 e suas alterações, mediante as condições estabelecidas no edital, para o seguinte objeto: contratação de fornecimento parcelado e contínuo de combustível, do tipo gasolina comum, para abastecimento dos veículos oficiais e contratados da Câmara Municipal de Bonito/BA. O recebimento dos envelopes será realizado pela Comissão Permanente de Licitação até o dia 24/05/2021, às 12:00 horas, na sala do Departamento de Licitação da Câmara Municipal e a sessão de abertura dos envelopes e julgamento das propostas ocorrerá no dia 27/05/2021 na sala de reuniões da Câmara Municipal. Informações complementares, edital e seus anexos, poderão ser obtidas no site: www.camaronbonito.ba.gov.br ou fisicamente na sede da Câmara Municipal de Bonito, praça Benedito Mina, s/n, ou através do telefone (075) 3343-2142 e e-mail: camaronbonito@outlook.com Bonito-BA, 11 de maio de 2021. **WENDEL DE SOUZA PRIMO** Presidente da Comissão de Licitação.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO 02/2021-DPE/BA

PE nº 02/2021 - OBJETO: Aquisição de licenças de uso (subscription) de software necessário para uso da equipe de engenharia desta Defensoria Pública do Estado da Bahia, conforme especificações e quantidades estabelecidas. Os produtos devem possuir garantia de atualização das versões e suporte técnico pelo prazo contínuo de 36 (trinta e seis) meses, na modalidade de assinatura (neste modelo o cliente não possui a licença perpetuamente, apenas o direito de uso por determinado período), conforme quantidades, características, informações e especificações constantes na seção II Termo de Referência, objeto da licitação. **Data de Abertura:** 28/05/2021 às 11h00min (horário local). Os interessados poderão obter as informações no horário das 8:00 às 17:00 horas (segunda a sexta-feira), na Av. Ulisses Guimarães, nº 3386, Ed. Multicab Empresarial- Sussuarana, Salvador-Bahia, CEP- 41.219-400, pela internet nos sites: www.licitacoes-e.com.br e www.defensoria.ba.def.br. Informações através do telefone: Tel. (71) 3117-9075 ou (71) 98399-9861, assim como por meio do e-mail: laurindo@defensoria.ba.def.br.

Salvador, 10/05/2021. Laurindo G. Matos. Pregoeiro.

FIEB
FEIJO FUTURO DA INDUSTRIA

PUBLICAÇÃO DE EDITAL

CONCORRÊNCIA N.º 30860477.2021.CPL SFIEB.PP.0022.SESIITA

Objeto: Contratação de empresa especializada para a execução de perfuração, completção e instalação de 01 (um) poço tubular no SES/Unidade Itapageá. A referida unidade está situada na Av. Tiradentes, nº 1454 - Caminho de areia, Salvador - Bahia.

Abertura: 28/05/2021 às 09h (horário local).

Retirada do Edital, a partir do dia 12/05/21, no site do Portal de Compras: <https://compras.fieb.org.br>

Mais informações através do e-mail: suprimentos@fieb.org.br

Salvador, 12/05/2021

Comissão de Licitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGEDO DO TABOCAL
CNPJ N.º 16.434.441/0001-31

AVISO: O PREGOEIRO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGEDO DO TABOCAL TORNA PÚBLICAS AS LICITAÇÕES:

Edital Pregão Presencial SRP nº 008/2021 - OBJETO: Contratação de Agente de Integração de Estágios, visando à prestação de serviços continuados referentes ao recrutamento, à seleção, à administração da concessão e ao acompanhamento das atividades de estágio de estudantes do ensino superior, ensino médio, educação especial e educação profissional, vinculados à estrutura do ensino público ou privado, para a concessão de bolsas de estágio, não obrigatório, para o atendimento da demanda das diversas Secretarias, Órgãos e Setores do Município de Lagedo do Tabocal - BA, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos. Data de 20/05/2021 – Horário: 14:00h.

Edital Pregão Eletrônico SRP nº 011/2021 - OBJETO: Registro de preço para contratação de empresa para o fornecimento de gases medicinais com a locação de cilindros, para atender as demandas da Secretaria Municipal de Saúde no município de Lagedo do Tabocal-Bahia, conforme termo de referência e planilha neste edital. Data: 20/05/2021 – Horário: 09:00h.

Edital Pregão Eletrônico SRP nº 012/2021 - OBJETO: Contratação de empresa especializada para a aquisição de dois (dois) veículos, zero km, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação deste Município de Lagedo do Tabocal-BA, conforme descrição no Termo de Referência. Data: 20/05/2021 – Horário: 11:00h.

Os Editais encontram-se disponíveis no Portal da Transparência (<http://www.lagedodotabocal.ba.gov.br>). Informações podem ser obtidas pelo e-mail pm.licitacao@hotmail.com, na sede da Prefeitura Municipal de Lagedo do Tabocal, na Rua Francisco Ezequiel Barbosa, Nº 97, Centro, das 08:00 às 12:00 horas, pelo Telefone (73) 3556-1227.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRONICO N.º 01/2020-DPE/BA

PE nº 01/2021 - OBJETO: Ata de Registro de Preços visando a contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de copa e cozinha, para diversas unidades da Defensoria Pública do Estado da Bahia- DPE/BA que estiverem em pleno funcionamento, na Capital, no Interior e Região Metropolitana de Salvador, conforme quantitativo, especificações e condições definidas na Seção II do Termo de Referência do objeto da licitação. **Data de Abertura:** 27/05/2021 às 11h00min (horário local). Os interessados poderão obter as informações no horário das 8:00 às 17:00 horas (segunda a sexta-feira), na Av. Ulisses Guimarães, nº 3386, Ed. Multicab Empresarial- Sussuarana, Salvador-Bahia, CEP- 41.219-400, pela internet nos sites: www.licitacoes-e.com.br e www.defensoria.ba.def.br. Informações através do telefone: Tel. (71) 3117-9075 ou (71) 98399-9861, assim como por meio do e-mail: copel@defensoria.ba.def.br.

Salvador, 10/05/2021. Jadilson P. Silva. Matos. Pregoeiro.

JÁ PAGUEI EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E AGRONEGÓCIOS S.A.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2020

BALANÇO PATRIMONIAL DOS EXERCÍCIOS 2019 E 2020 - Valores expressos em Reais

	2019	2020
ATIVO		
CIRCULANTE	10.418.351,43	6.477.894,23
Caixa e Equivalente de Caixa	2.269.509,60	5.779.849,94
Caixa e Bancos	27.803,76	28.949,41
Aplicações Financeiras	7.241.705,84	5.730.899,63
Outros Créditos	960.671,74	165.225,25
Outros Adiantamentos	1.751,53	-
Adiantamentos Diversos	75.949,33	-
Emprestimo a Funcionários	400,10	-
Tributos a compensar/recuperar	194.580,31	165.225,25
Bens Imóveis	88.364,66	59.334,96
Móveis e Utensílios	33.982,47	-
Estoque	2.842.170,09	512.730,00
Inventos para revenda	2.491,54	2.491,54
Imóveis para aluguel e insumos	2.842.170,09	512.730,00
NÃO CIRCULANTE	10.159.589,39	137.459,69
Realizado a Longo Prazo	37.882,08	37.882,08
Depósitos Judiciais	37.882,08	37.882,08
Imobilizado	61.275,78	697.175,77
Imobilizado	61.275,78	697.175,77
Intangível	70.025,96	70.025,96
Software	70.025,96	70.025,96
(+) Amortização Marca, Dir. e Patente	67.824,02	67.824,02
TOTAL DO ATIVO	10.519.911,11	7.215.263,88

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAZARÉ

AVISO DE LICITAÇÃO A CPL torna público que será realizado: Pregão Eletrônico do tipo "menor preço" Lei Federal nº 10.520/02, subsidiada a Lei Federal 8.666/1993 Abertura: em 25/05/2021 às 08h:30min Nº 871952 PE nº 013/2021 - SRP Objeto: seleção de propostas destinadas aquisição de Frango in natura para atender as necessidades das Escolas da Rede Municipal de Ensino Infantil, Ensino Fundamental, EJA, Educação do Campo, Educação Especial e Programa Mais Educação. DAE - Departamento de Alimentação Escolar, de acordo com as quantidades e especificações técnicas, na modalidade Pregão Eletrônico para Registro de Preços, conforme especificações constantes do Edital e seus Anexos. O Edital encontra-se disponível no Portal da Transparência (<http://pmnazareba.transparenciaoficialba.com.br/diariooficial>) e no www.licitacoes-e.com.br. Informações podem ser obtidas pelo e-mail licitanzareba@gmail.com ou pelo Tel. 075 3636-2711. Itanã, Bahia, 11 de maio de 2021.

COOPERATIVA TIUBENSE DOS TRABALHADORES DE COLETA SELETIVA E GESTÃO SUSTENTÁVEL DO MEIO AMBIENTE - COOPIMA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

O Presidente em exercício do Conselho de Administração da COOPERATIVA TIUBENSE DOS TRABALHADORES DE COLETA SELETIVA E GESTÃO SUSTENTÁVEL DO MEIO AMBIENTE - COOPIMA no uso de suas atribuições estatutárias NO ARTIGO 48º - II, convida os cooperados, que nesta data, 11/05/2021 são em número de 152 (cento e trinta) para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada na sua sede, localizada a Rua Antonio Pimentel da Silva, S/N, Itiuba, Bahia, 48.850-000, no dia 26/05/2021 às 15h00 (quinze horas) em primeira convocação, com a presença de 2/3 dos cooperados; às 16h00 (dezesseis horas) horas em segunda convocação, com a presença de metade mais um dos cooperados; e às 17h00 (dezoito horas) horas em terceira e última convocação com o mínimo de 10 (dez) cooperados, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: I - Eleição de membros do conselho administrativo. Itiuba, Bahia, 11 de maio de 2021.

Iranildo Felix Matias, Presidente em exercício
Iranildo Felix Matias
Presidente exercicio
74 99123-5292
coopimatiuba@hotmail.com

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIPITANGA
CNPJ N.º 13.781.364/0001-06
AVISO DE LICITAÇÃO- PREGÃO PRESENCIAL 007-2021-PP

A P.M. DE IBIPITANGA, torna pública a abertura do Pregão Presencial nº 007-2021-PP, do tipo menor: MENOR PREÇO POR LOTE, realizado através Pregoeiro Oficial Luis Venâncio Oliveira Paixão Vieira, designada pelo Dec. nº 011/2021 de 04.01.2021, cujo objeto é a contratação de empresa para prestação de serviços gráficos para diversos setores desta Prefeitura.. DATA: 24.05.2021 às 08:30 h. Inf.: Tel.: (77) 3674-2022/Email: cpl.ibipitanga@gmail.com. Edital disponível: ibipitanga.ba.gov.br. ibipitanga.ba.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO- PREGÃO ELETRÔNICO 014-2020-PE

A P.M. DE IBIPITANGA, torna pública a abertura do Pregão Eletrônico nº 014-2021-PE, do tipo menor: MENOR PREÇO GLOBAL, realizado através Pregoeiro Oficial Luis Venâncio Oliveira Paixão Vieira, designada pelo Dec. nº 011/2021 de 04.01.2021, cujo objeto é contratação de serviços técnicos de Engenharia e Arquitetura nas atividades de planejamento, elaboração, detalhamento, correção e/ou revisão de projetos; bem como, Assessoria Técnica, apoio, supervisão e fiscalização das obras, suporte técnico ao setor de prestação de contas e alimentação dos sistemas de captação de recursos SICOM, SIMEC, SIMSOMB, SICOM, FNS, bem como acompanhamento nas licitações de obras e serviços de engenharia com emissão de parecer técnico assinado e carimbado por profissional habilitado, sob responsabilidade das secretarias da Prefeitura Municipal de Ibipitanga. Horário, Data de Recebimento das propostas: a partir do dia 12/05/2021 a 24/05/2021 até as 08h30min horas, Sessão: às 15h00min do dia 24/05/2021 (horários de Brasília/DF), no site <http://www.licitacoes-e.com.br>. Edital disponível: ibipitanga.ba.gov.br e <http://www.licitacoes-e.com.br> ou na sede desta Prefeitura. Informações: (77) 3674-2202 ou cpl.ibipitanga@gmail.com. Ibipitanga/BA, 11 de maio de 2021. Luis Venâncio Oliveira Paixão Vieira - Pregoeiro.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital Social	Subscrito	Reservas de Lucros		Lucros ou Prejuízos Acumulados		Ajustes de Exercícios Anteriores	Total
		Reservas de Lucros	Reserva Legal	Lucro do Período	Lucros Acumulados		
Capital Social	8.929.955,00	1.578.764,60	2.590,96	-	-	-	10.511.310,56
Reservas de Lucros	-	-	-	-	-	-	-
Reserva Legal	-	-	-	-	-	-	-
Lucros do Período	-	-	-	8.541,77	8.541,77	-	8.541,77
Lucros Acumulados	-	-	-	-	(329.514,64)	-	(329.514,64)
(-) Prejuízo Acumulado	-	-	-	(8.541,77)	(2.979.169,65)	2.979.169,65	2.970.627,88
(-) Amortização de Intangíveis	-	-	-	-	(2.979.169,65)	(2.979.169,65)	(2.979.169,65)
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	8.929.955,00	1.578.764,60	2.590,96	-	(3.300.142,92)	-	7.211.168,06

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PELO MÉTODO DIRETO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

ATIVIDADES OPERACIONAIS	2019	2020
Valores Recebidos de Clientes	8.890,53	4.095,92
Valores pagos a fornecedores	1.996,00	557,85
Tributos pagos	1.950,00	557,85
Reserva de curto Prazo	8.890,53	3.980,22
Outras Operações	5.707,79	3.338,07
Outras Operações	896,74	-
ATIVIDADES OPERACIONAIS	10.511,15	7.211.168,06
Capital Social Subscrito	8.929.955,00	8.929.955,00
Reservas de Lucros	1.581.355,38	1.581.355,38
Reserva Legal	2.590,96	2.590,96
Reserva de curto Prazo	1.578.764,60	1.578.764,60
RESULTADO ACUMULADO	(3.300.142,92)	(3.300.142,92)
Prejuízo Acumulado	(25.860,00)	(378.545,56)
Prejuízo Acumulado	(3.437,63)	(2.086,53)
ATIVIDADES OPERACIONAIS	(18.265,00)	(6.297,75)
Despesas Gerais	59.174,78	59.174,78
Despesas Financeiras	14.085,17	574,32
Despesas com Pessoal	16.266,05	16.266,05
Despesas Tributárias	59.174,78	59.174,78
Despesas Tributárias	14.085,17	574,32
RESULTADO OPERACIONAL	(59.174,78)	(59.174,78)
Despesas Tributárias	14.085,17	574,32
PREJUÍZO LÍQUIDO DO PERÍODO	51.819,61	(320.972,87)
Prejuízo por ação	0,01	(0,04)

SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Atividades Operacionais: 2019 - 8.890,53; 2020 - 4.095,92
 Atividades Operacionais

Tribuna

Inflação cai em abril, mas atinge 6,7% em 12 meses

POR DARLAN ALVARENGA E DANIEL SILVEIRA, G1

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), considerado a inflação oficial do país, ficou em 0,31% em abril, abaixo da taxa de 0,93% registrada em março, conforme divulgado nesta terça-feira (11) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Apesar de ter perdido força, no acumulado em 12 meses o IPCA subiu para 6,76%, chegando ao nível mais alto em quase quatro anos e meio e permanecendo acima do teto da meta do governo para a inflação no ano – o centro da meta é de 3,75%, podendo variar entre 2,25% e 5,25%.

“No ano, o índice acumula alta de 2,37% e, em 12 meses, de 6,76%, acima dos 6,10% observados nos 12 meses imediatamente anteriores”, informou o IBGE.

A taxa acumulada em 12 meses é mais alta desde novembro de 2016, quando ficou em 6,99%. Naquele ano, porém, o teto da meta de inflação era de 6,5%.

O resultado de abril veio dentro do esperado. Pesquisa da Reuters apontou que a expectativa de analistas era de alta de 0,30%.

Tribuna

Rui Costa entrega novo Complexo Esportivo Educacional em Jequié

O governador Rui Costa esteve em Jequié, ontem (11), quando cumpriu uma agenda intensa de compromissos. Na ocasião, o chefe do executivo baiano entregou o Complexo Esportivo Educacional que contou com investimento de R\$ 3,9 milhões e foi construído pela Secretaria da Educação do Estado. O complexo conta com campo society, pista de atletismo, quadra de voleibol de areia, pista de salto, vestiários, piscina e ginásio esportivo.

"Esse já é o terceiro complexo esportivo que eu entrego na Bahia. Vários ou-

tros estão com obras em processo de andamento ou em fase de conclusão, e alguns estão com obras para serem iniciadas. O objetivo desse tipo de equipamento é estimular a prática esportiva dos estudantes das redes municipal e estadual de ensino, pois acredito que, assim como a cultura, a arte e a educação, o esporte abre os horizontes da nossa juventude, guiando para seguirmos a estrada do bem", destacou o governador.

Na oportunidade, Rui Costa também entregou a Praça Jitaina/ Praça dos Es-

portes, que foi rebatizada com o nome Santa Dulce dos Pobres, em homenagem ao anjo bom da Bahia. O equipamento faz parte das obras de requalificação urbana da Avenida Tote Lomanto e seu entroncamento com a BR-116. A obra, executada pela Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado (Conder), vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Urbano (Sedur), e realizada em uma área de 890 metros quadrados, teve um investimento de R\$ 425 mil.

A estrutura da praça dispõe de quiosque duplo, área

de convivência com bancos e arquibancadas, quadra de vôlei, pista de skate, ponto de ônibus, paisagismo e iluminação.

A agenda incluiu visita às obras de pavimentação em trecho da BR-330, onde fica o acesso ao Conjunto Penitenciário Estadual. A intervenção conta com recursos de mais de R\$ 2,2 milhões. Rui também visitou as obras de implantação da nova ponte sobre o Rio de Contas e requalificação do entorno. Mais de R\$ 25,5 milhões estão sendo investidos nas obras.



VISITA

Governador também anunciou outras obras na cidade

Veículo: Gov Bahia	
Data: 11/05/2021	



Governo do Estado libera R\$ 13 milhões para pagamento do Prêmio por Desempenho Policial

11 maio 2021



Foto: Ibsen Santos/GOVBA

A Bahia irá aplicar mais de R\$ 13 milhões no pagamento do Prêmio por Desempenho Policial (PDP) para servidores da segurança pública que contribuíram para a redução da criminalidade em suas áreas de atuação. Serão contemplados mais de 13 mil policiais militares, civis e técnicos, com valores que podem chegar a R\$ 1,8 mil por pessoa. O governador Rui Costa fez o anúncio nesta terça-feira (11), durante o programa Papo Correria. Os recursos estarão disponíveis nas contas dos servidores no próximo dia 17 de maio.

Rui destacou a importância de garantir a valorização das forças de segurança do Estado. “O prêmio é pago para as unidades que alcançaram as metas de redução de violência. O objetivo é reconhecer e valorizar o desempenho de servidores no combate ao crime”, afirmou.

Os valores a serem pagos variam entre R\$ 371 e R\$ 1,8 mil, calculados com base nos resultados alcançados. No total, serão contemplados aproximadamente 10,6 mil profissionais da Polícia Militar e 2 mil da Polícia Civil, além de mais de 200 peritos do Departamento de Polícia Técnica (DPT).

Saúde

Durante o bate-papo com internautas, o governador também ressaltou as ações implantadas pela Bahia no combate à pandemia de Covid-19. “Temos a segunda menor taxa de mortalidade pelo coronavírus em todo o Brasil. É resultado do esforço que estamos fazendo para manter um diálogo com todos os prefeitos baianos. Infelizmente, nós não tivemos ajuda do governo federal, mas as medidas restritivas que implementamos aqui ajudaram a conter a disseminação do vírus. Além disso, hoje temos mais 1500 leitos de UTI públicos, espalhados por todas as regiões, assim como leitos clínicos, UPAs, centros municipais e regionais de triagem. Temos uma condição de referência em relação aos outros estados do país, mas continuamos trabalhando para diminuir ao máximo o sofrimento das famílias e o número de mortes”, disse.

O governador demonstrou preocupação com o elevado número de casos na região oeste da Bahia. “Tenho feito reuniões constantes com os prefeitos, mas só existe um jeito de baixar a contaminação, que são as medidas restritas para poder derrubar os indicadores. Nós abrimos leitos em Barreiras, na cidade de Barra e em Bom Jesus da Lapa. Além disso, estamos transportando para Salvador, pacientes da região para que ninguém fique sem atendimento. Mas é preciso que a gente consiga fazer uma restrição maior, um distanciamento social maior para que os números possam cair”.

Vacina

Ainda durante a transmissão pelas redes sociais, Rui afirmou que Bahia vai continuar insistindo pela liberação de importação e uso da vacina russa Sputnik V junto à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), produzindo material técnico e persistindo na ação judicial junto ao Supremo Tribunal Federal (STF) para liberação da vacina. “Semana passada, fizemos um ofício anexando todas as respostas às perguntas que a agência tinha feito sobre a vacina. O ministro do Supremo Tribunal Federal Ricardo Lewandowski determinou que agência informe, em até 48 horas, quais são os documentos pendentes para uma análise definitiva do pedido de autorização de importação e distribuição da vacina. O povo precisa de vacina, e essa já está sendo aplicada com sucesso em 64 países”.

Repórter: Tácio Santos



ESTADO LIBERA R\$ 13 MI PARA PRÊMIO POR DESEMPENHO POLICIAL



12 Maio, 2021

A Bahia irá aplicar mais de R\$ 13 milhões no pagamento do Prêmio por Desempenho Policial (PDP) para servidores da segurança pública. Durante o programa Papo Correria desta terça-feira, 11, o governador Rui Costa (PT) explicou que serão contemplados mais de 13 mil policiais militares, civis e técnicos, com valores que podem chegar a R\$ 1,8 mil por pessoa e que o dinheiro vai estar disponível nas contas dos servidores no dia 17 de maio.

Os valores a serem pagos variam entre R\$ 371 e R\$ 1,8 mil, calculados com base nos resultados alcançados. No total, serão contemplados aproximadamente 10,6 mil profissionais da Polícia Militar e 2 mil da Polícia Civil, além de mais de 200 peritos do Departamento de Polícia Técnica (DPT). Segundo o governo do estado, foram escolhidos para receber os servidores “que contribuíram para a redução da criminalidade em suas áreas de atuação”. “O prêmio é pago para as unidades que alcançaram as metas de redução de violência. O objetivo é reconhecer e valorizar o desempenho de servidores no combate ao crime”, disse Rui Costa.

Ainda durante o bate-papo, o governador ressaltou as ações implantadas pela Bahia no combate à pandemia de Covid-19. Ele lembrou que o estado possui a segunda menor taxa de mortalidade pelo coronavírus em todo o Brasil e demonstrou preocupação com o elevado número de casos na região oeste da Bahia.

Bahia tem a décima gasolina mais cara do país



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Foto: Romildo de Jesus

pp_amp_intext | /75894840/CN1_AMP_02

Combustível utilizado por boa parte dos motoristas, a gasolina tem o seu valor, na Bahia, considerado o 10º mais caro no país, de acordo com um levantamento feito pela Agência Nacional do Petróleo (ANP), entre os dias 02 e 08 deste mês de maio. O preço médio de revenda, no estado, na última semana, é de R\$ 5,653, uma elevação de 7,66% em relação aos sete dias anteriores. Em quatro semanas, o acréscimo foi de 1,47% e, nos últimos 12 meses, de 43,95%. A informação é do site Tribuna da Bahia*

No país, o título de gasolina mais cara pertence ao estado do Acre: média de R\$ 6,262. A mais barata é encontrada no Amapá: R\$ 4,868. No Brasil como um

todo, o preço médio de revenda da gasolina C comum variou positivamente 0,91% em relação à semana anterior, para R\$ 5,515/litro. Nas últimas quatro semanas, a queda foi de 1,23%. Por outro lado, nos últimos 12 meses, houve um aumento de 44,26% no valor deste combustível, especificamente.

pp_amp_intext | /75894840/CN1_AMP_03

Na capital baiana, a gasolina, conforme o Sistema de Levantamento de Preços (SLP), também da ANP, teve o preço médio de R\$ 5,682, ficando na 9ª colocação entre as capitais com o combustível mais caro do país - o primeiro lugar é de Rio Branco, no Acre, cujo valor médio do litro foi de R\$ 6,153. O mais barato foi percebido em Macapá, no Amapá: R\$ 4,868. Ainda aqui em Salvador, o preço mais barato encontrado pelas equipes da agência federal foi de R\$ 5,65/litro em 12 postos da cidade. Já o mais caro, R\$ 5,79, foi percebido em um estabelecimento na região do Jardim Armação.

Feita pela ANP semanalmente, pesquisa a 'Síntese do Comportamento dos Preços dos Combustíveis', trouxe um levantamento nacional acerca dos preços de outros dois produtos também usualmente consumidos por motoristas: etanol hidratado e diesel S10. No primeiro caso, aqui na Bahia, o valor médio foi de R\$ 4,364, com o estado ocupando também a 10ª colocação entre os combustíveis mais caros. Já com relação ao diesel a unidade federativa aparece somente na 16ª posição, com o preço médio de revenda de R\$ 4,454.

Nova tabela

pp_amp_intext | /75894840/CN1_AMP_04

Nesta segunda-feira, o **Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz)** publicou no Diário Oficial da União (DOU) a nova tabela com preços médios ao consumidor final de combustíveis em todo o país. No caso da Bahia, os valores ficaram da seguinte maneira: Gasolina Comum (R\$ 5,07/litro), Gasolina Premium (R\$ 5,75/litro), Diesel S10 (R\$ 3,89/litro), Óleo Diesel (R\$ 3,84/litro), Etanol Hidratado (R\$ 4,09/litro) e GNV (R\$ 3,01/m³). Esses valores, assim como aqueles referentes aos demais estados, devem adotar os índices a partir do dia 16 de maio.

Assuntos e Palavras-Chave: Procuradoria Geral do Estado - CONFAZ | SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Confaz

União 'trava' transferências para pandemia e Salvador acende alerta nas finanças



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O prefeito de Salvador, Bruno Reis, afirmou nesta terça-feira (11) que a gestão só tem condições de manter a atual estrutura de combate à pandemia, com recursos próprios, até junho. Bruno revelou que a situação das finanças municipais é 'delicadíssima', o que acendeu o sinal vermelho na prefeitura.

'Estamos entrando no superávit, que era uma poupança deixada pelo ex-prefeito ACM Neto. No mês de abril, tivemos que recorrer a essa poupança', afirmou o prefeito, ressaltando que os meses de fevereiro e março são os melhores da **arrecadação** municipal, em virtude da cota única do IPTU.

Parte dessa ameaça à saúde financeira da capital baiana é resultado do não reconhecimento das despesas contratadas para enfrentamento à pandemia e consequente não financiamento por parte do governo

federal. 'Estamos segurando essa estrutura nas costas, com orçamento do público soteropolitano. Os leitos do Hospital Santa Clara não foram reconhecidos. Do Hospital de Campanha, os 20 leitos da tenda de suporte respiratório não foram reconhecidos', detalhou Bruno. O prefeito afirmou que vai a Brasília nesta quarta (12) para tentar destravar essas liberações junto ao Ministério da Saúde.

'No primeiro quadrimestre, o gasto da prefeitura foi superior ao que temos para pagar. Não temos como manter esses níveis de investimento para além do mês de junho', lamentou o gestor soteropolitano. Segundo ele, ano passado Salvador recebeu R\$ 553 milhões em transferências federais para o enfrentamento à pandemia, porém esse número caiu sensivelmente em 2021 - a cifra nos primeiros quatro meses foi de apenas R\$ 53 milhões para a mesma finalidade.

Conforme previsão de Bruno Reis, a estimativa é que Salvador atinja 50% do público-alvo vacinado até o mês de junho, para tentar 'retornar à normalidade' e assim desmobilizar as estruturas disponibilizadas para enfrentar a pandemia. 'A situação é preocupante. A luz, que era amarela, se torna vermelha, em relação às finanças de Salvador', ponderou.

Assuntos e Palavras-Chave: SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Arrecadação

Veículo: G1

Data: 11/05/2021



Reforma administrativa é questão de 'sobrevivência financeira' e não de ideologia, diz Guedes

Ministro da Economia participou de audiência pública na CCJ da Câmara dos Deputados nesta terça-feira. Ele repetiu que proposta do governo não engloba os atuais servidores públicos.

Por **Alexandro Martello, G1** — Brasília
11/05/2021 14h06 Atualizado há 8 horas

O ministro da Economia, **Paulo Guedes**, afirmou nesta terça-feira (11), em audiência pública na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados, que a proposta do governo de reforma administrativa não é uma questão de "ideologia", mas sim de "sobrevivência financeira".

Enviada em **setembro do ano passado**, a proposta de reforma administrativa **ainda não foi votada pelo Congresso**. O texto modifica as regras do serviço público somente para os futuros servidores dos três poderes e do funcionalismo de estados e municípios. Não afeta os chamados membros desses poderes (magistrados no Judiciário, deputados no Legislativo, por exemplo).



Governo envia ao Congresso reforma administrativa com regras novas para futuros servidores

"Se nada for feito, o que vai existir é uma ameaça aos atuais salários. O mesmo que foi feito com a Previdência. Fizemos [a reforma da previdência em 2019] para garantir o pagamento das previdências futuras. Muitos estados estão com dificuldades, atrasaram aposentadorias, salários. Não é uma questão de ideologia, mas de sobrevivência financeira", declarou.

Guedes repetiu a estimativa de que a reforma administrativa vai gerar uma economia de R\$ 300 bilhões em dez anos.

"Queremos dar mais qualidade e meritocracia às despesas futuras. Daqui para a frente [após a aprovação da reforma], contrata [os servidores] com salários mais compatíveis, com salários de mercado, e dá reajuste com base no mérito", acrescentou.

A proposta também sugere o fim do regime jurídico único da União e a criação de vínculo de experiência, vínculo por prazo determinado, cargo com vínculo por prazo indeterminado, cargo típico de Estado e cargo de liderança e assessoramento (cargo de confiança).

A proposta do governo prevê ainda a exigência de dois anos em vínculo de experiência, com "desempenho satisfatório" antes de o profissional ser investido de fato no cargo público, e **o fim dos chamados 'penduricalhos', como licença-prêmio**. O governo também quer o poder para **extinguir órgãos por decreto presidencial**.

Reforma 'bastante moderada'

Durante a audiência pública na CCJ, o ministro Guedes afirmou que a proposta de reforma administrativa é "bastante moderada" e tem por objetivo avaliar os servidores públicos, como forma de melhorar os serviços prestados, e acabar com privilégios existentes.

Segundo ele, a reforma administrativa, visa melhorar a qualidade dos serviços prestados por meio de instrumentos de avaliação. "Temos que construir carreiras meritocráticas, de bom desempenho", disse.

"Nós somos servidores públicos, nós não somos autoridades. Que história é essa de tirar carteirinha e falar: 'Eu que mando, é assim, é assado, sou cheio de privilégios, ganho mais que todo mundo, tenho estabilidade'. Que história é essa? Somos servidores", declarou.

Ele comparou servidores brasileiros aos noruegueses e suecos.

"Veja um servidor na Noruega, na Suécia. Ele anda de metrô, às vezes de bicicleta. Ele não tem 20 automóveis, mais 50 servidores, mais 30 assessores. Não é assim, é algo sempre bem modesto, não é uma corte. É algo mais modesto, mais meritocrático, o foco tem de ser a qualidade do serviço público, no atendimento à população", disse. De acordo com Guedes, ao estabelecer um período de experiência antes de o futuro servidor público ser efetivado no cargo, ou seja, obter a estabilidade nas carreiras típicas de Estado, a reforma representará um "prêmio ao bom desempenho".

"A diferença é que não é só fazer um exame e, na mesma hora, ganhar um salário alto e estabilidade pelo resto da vida. Tem de entrar com salários comparáveis ao setor privado, será avaliado", declarou.

Acrescentou que, no Brasil, mais de 90% dos servidores têm estabilidade, enquanto que, em países como Suécia e Noruega, segundo ele, isso acontece com menos de 5% dos funcionários públicos.

Guedes também comparou servidores públicos a militantes.

"Então, poderíamos estar aqui, como em qualquer governo, abrindo concurso público e botando uma porção de gente para dentro, para aparelharmos o Estado, termos bastante militantes trabalhando para nós no futuro. Não estamos pensando assim, estamos pensando nas gerações futuras", declarou.

Em 2019, o ministro falou em "**travar concursos públicos**" e, desde então, autorizou poucos concursos. Neste ano, foram abertas vagas para a Polícia Federal e para a Polícia Rodoviária Federal.

Guedes afirmou, ainda, que a reforma visa evitar que os atuais privilégios sejam estendidos aos futuros servidores.

"Temos de servir na ponta, nos estados, municípios. Tanto que essa reforma se aplica também aos servidores... Por exemplo, o governo federal já acabou com anuênio, com quinquênio. Mas até hoje os anuênios, que foram extintos em 1997, eles custam R\$ 1 bilhão por ano. Os quinquênios, extintos em 1997 para o funcionalismo federal, custam meio bilhão por ano. Mesmo acabando há 20 anos, ainda hoje custam muito. O que queremos é que esses privilégios não sejam estendidos aos futuros [servidores]", disse.

Estudo divulgado pelo Instituto Millenium em agosto do ano passado diz que o Brasil gastou 13,7% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2019, cerca de R\$ 930 bilhões, com servidores públicos federais, estaduais e municipais.

Segundo o documento, o gasto do país com servidores é o dobro das despesas com educação e 3,5 vezes as despesas com saúde (3,9% do PIB), sendo o **sétimo país que mais gastou com pessoal, entre 64 pesquisados.**

Quando foi divulgada no ano passado, a proposta de reforma administrativa foi alvo de um manifesto de 29 entidades de representantes de servidores públicos.

Para as entidades, a proposta cria diversas formas de contratação no serviço público, "favorecendo a disparidade nas formas de admissão e criando um modelo de avaliação de desempenho que permite o assédio e a demissão de servidoras e servidores que não certifiquem medidas de interesse estritamente político".

É inoportuna a portaria que permite furar o teto do funcionalismo público

A prioridade do momento é a pandemia, e não beneficiar uma elite dos servidores do Estado

Até o vice Hamilton Mourão criticou a portaria do Ministério da Economia que permitiu estourar o teto do funcionalismo. Editada em 30 de abril, ela estabelece que, para quem recebe dois vencimentos do poder público, será possível calcular o teto para cada um deles em separado. Antes, o teto era calculado sobre a soma, agora virou um teto “duplex”. Com uma penada, dobrou-se na prática o valor, fixado pelo salário de ministro do Supremo (R\$ 39,2 mil).

A medida deverá ter impacto de R\$ 181 milhões no Orçamento deste ano e, pela própria definição, só beneficia a elite do funcionalismo. Trata-se de mais um escárnio, em pleno ano de pandemia, quando, além do efeito do desemprego, o salário de milhões na iniciativa privada voltará a ser cortado em virtude do novo programa que permite redução de rendimento e jornadas aprovado no Congresso.

Para não falar na situação fiscal crítica: o déficit orçamentário é estimado em quase R\$ 150 bilhões, sem contar a

projeção de pelo menos outros R\$ 100 bilhões, fora do teto de gastos, com todas as despesas alocadas à luta contra o coronavírus. Não se sabe a troca do que exatamente foi tomada a decisão.

Ontem mesmo o ministro Paulo Guedes defendeu a redução da estabilidade e novas regras de avaliação para os servidores. Seria bom se, ao discurso, seu próprio ministério aliasse também a prática. Um bom começo seria revogar a portaria que dobrou o teto do funcionalismo, dando mais um privilégio àqueles que já estão entre os mais privilegiados do Brasil. Noutra ocasião, Guedes já chegou a afirmar que o teto é baixo para o governo atrair bons profissionais. Se isso é mesmo verdade, o contexto ideal para a mudança é a reforma administrativa, que pode liberar recursos no Orçamento e, pelo visto, acabou adiada para 2023.

Pegam carona no presente dado pelo ministério à elite do funcionalismo os militares que estão no governo. Reformado na patente de capitão, Bolsonaro receberá mais R\$ 2,3 mil mensais, que

se somam à remuneração presidencial de R\$ 40 mil, incluindo R\$ 10 mil a título de “benefícios”, também fora do teto. O vice Mourão, por ser general, terá um aumento de R\$ 24 mil, resultando num salário total de R\$ 63,5 mil.

Ele está certo ao declarar que a medida “não é ética”, pelo momento econômico, fiscal e social que o país atravessa. Disse que, ao receber o novo salário, analisará o que fazer, se doará a seu partido ou a alguma instituição. Saem beneficiados, ainda, Luiz Eduardo Ramos, ministro-chefe da Casa Civil, e Braga Netto, da Defesa, também generais, e os incontáveis militares reformados que Bolsonaro colocou no governo em altos cargos comissionados.

Burlas “legais” ao teto são antigas, concedidas por decisões judiciais. Há muitas “indenizações” ou “gratificações” obtidas na Justiça que não atenderiam à emenda constitucional que estabeleceu o teto do funcionalismo, em 2003. A portaria fura-teto é mais uma demonstração de como o governo se curva à pressão do funcionalismo e demonstra descaso com a pandemia.

Guedes defende menos estabilidade para servidor

Em audiência na Câmara, ministro apoia proposta que prevê avaliação periódica no funcionalismo. Ao comentar declaração polêmica, disse que fala sobre 'filho de porteiro' era crítica a universidade 'caça-níquel'

MANOEL VENTURA
E FERNANDA TRISOTTO
economia@oglobo.com.br
BRASÍLIA

O ministro da Economia, Paulo Guedes, defendeu ontem a avaliação periódica

e a redução das possibilidades de estabilidade dos servidores públicos, prevista na reforma administrativa enviada pelo governo ao Congresso no ano passado. A reforma muda as regras para o

funcionalismo público federal, de estados e municípios. Guedes participou de audiência pública na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara para debater o projeto. Na reunião, ele

também comentou recentes declarações polêmicas, como a menção ao uso do Fies pelo filho do porteiro para cursar universidade.

— Nós queremos avaliação pela qualidade do serviço público, carreiras meritocráticas e planos de vida. Os jovens no serviço público pensando em melhorar, receber aumentos meritocráticos, conquistar estabilidade por bons serviços —disse Guedes.

QUESTÃO DE 'SOBREVIVÊNCIA'

A proposta do governo prevê que parte dos novos funcionários públicos seja contratada sem estabilidade. O benefício ficará restrito a integrantes das chamadas carreiras típicas de Estado, como auditores fiscais e delegados da Polícia Federal. Segundo Guedes, as carreiras típicas de Estado serão definidas em projetos posteriores.

Guedes disse que a reforma é uma questão de "sobrevivência financeira", inclusive para estados e municípios, e, se nada for feito, os salários ficam ameaça-

dos. Para o ministro, pessoas que ingressam no serviço público precisam receber salários compatíveis com a iniciativa privada e conquistar a estabilidade com base nos serviços prestados. Ele criticou governos anteriores e comparou funcionários a militantes.

— Nós poderíamos estar aqui, como qualquer governo, abrindo concurso público e botando uma porção de gente para dentro para aparelhar o Estado para termos bastante militante trabalhando para nós no futuro. Não estamos pensando assim. Nós queremos transformar o Estado brasileiro em um Estado servidor —afirmou.

Mudança.

Guedes defende estabilidade por bons serviços



FABIO JACOB/11-5-2021

O ministro também se defendeu sobre uma declaração do início do ano passado, quando comparou servidores públicos a parasitas. Ele afirmou que a crítica foi ao tamanho do Estado brasileiro:

— Parasita nunca se referiu ao funcionário, era (uma crítica) ao excesso de gastos que acaba não deixando sobrar recursos seja para saúde, saneamento, educação, se você consumir tudo aquilo na própria máquina. É uma crítica ao aparelhamento do Estado.

Ao comentar a fala em que fez menção ao acesso do filho do porteiro ao ensino superior, ele disse que o objetivo era, na verdade, criticar universidades privadas, especialmente as que chamou de "caça-níqueis":

—Contei um fato real e estava criticando o setor privado. Vê como vocês têm um viés analítico, militante, que na verdade impede a clareza de comunicação. Eu tinha elogiado o Fies, mas tinha dito que preferia o voucher.

Veículo: Bahia.BA	
Data: 12.05.2021	Caderno: Economia

Publicado em 12/05/2021 às 10h11.

Vilas-Boas: ‘Se China não travar insumos, podemos concluir vacinação ainda neste ano’

Fábio Vilas-Boas teme, no entanto, que país asiático retalie governo brasileiro diante de reiterados ataques diplomáticos

Alexandre Santos

Fábio-Vilas Boas, secretário de Saúde, durante início de vacinação contra a Covid-19 na Bahia (Foto: Divulgação/Sesab)

Se o fluxo de fornecimento de vacinas pelo governo federal se mantiver como previsto e a China não travar a importação de insumos, a imunização da população baiana contra a Covid-19 poderá ser concluída até o fim deste ano. A estimativa foi feita nesta quarta-feira (12) pelo secretário estadual de Saúde, Fábio Vilas-Boas, em entrevista à rádio Metrópole.

“Mas é imprevisível. Só o tempo dirá”, disse o secretário.

Para Vilas-Boas, seu temor diz respeito a possíveis retaliações do governo chinês aos reiterados ataques feitos pelo governo Bolsonaro, o que pode resultar em atraso, ou até mesmo suspensão, no envio de matéria-prima para a produção da vacina Coronavac pelo Instituto Butantan. Juntamente com os fármacos da AstraZeneca/Oxford, o imunizante desenvolvido pelo país asiático tem sido a principal vacina aplicada no Brasil.

“Nós tivemos um momento em que começamos a ter um fluxo maior [de remessas], mas logo em seguida fomos abatidos na nossa alegria pela restrição de fornecimento do IFA [Insumo Farmacêutico Ativo], que vem da China. Infelizmente a vacina do Butantan não é fabricada no Brasil. Essencialmente, nós dependemos 100% da China, exceto a vacina da Pfizer, que ainda está na fase inicial”, afirmou o secretário.

“Esses problemas diplomáticos do Paulo Guedes falando besteira, ofendendo chineses, criou uma dificuldade. Os chineses estão dando castigo agora pra gente, para que o ministro e o governo federal venham beijar as mãos ou os pés deles para voltar a fornecer vacina. Isso nos preocupa muito”, reiterou.



Modulação do ICMS vai ditar rumos do terço de férias?

Gustavo Mitne.

“Bota casaco, tira casaco”. Esse foi o comentário que li, outro dia, sobre as constantes marcações e remarcações que têm sido feitas pelo STF em alguns julgamentos tributários emblemáticos. No mesmo dia, a corte confirmava para 29 de abril o início do julgamento da modulação da decisão pela exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da Cofins (RE 574.706 – Tema 69). Contudo, anunciava mais um adiamento do julgamento da modulação da contribuição sobre o terço de férias dos empregados – cuja decisão pela constitucionalidade já está definida (Recurso Extraordinário 1.072.485).

Salta aos olhos uma peculiaridade, caso a corte venha a modular o ICMS dizendo que só pode tomar crédito do Trânsito em Julgado no STF para frente, isso faz com que o contribuinte tenha direito a um crédito menor neste tema. Contudo se houver “isonomia” no método da modulação, e o Terço de Férias vier no mesmo sentido, o contribuinte terá também um débito menor junto a Receita, visto que a maioria já não recolhe tributos sobre tal evento. Ou seja, perde no ICMS, mas ganha no Terço, e vice versa, se for ao contrário e disser que retroage.

A problemática maior é se não houver essa “isonomia”, se no caso do ICMS não retroagir de forma a favorecer aos contribuintes, mas no Terço de Férias retroagir, de modo a prejudicar aos contribuintes. Aqui teremos um sério problema, pois muitas empresas poderão ter severas consequências tributárias. Já na hipótese inversa, a União “perderia”, contudo manteria vivo diversos CNPJs que são a fonte de sua arrecadação, bem como corroboraria com a manutenção de empregos nesse momento tão delicado do país e do mundo.

Sendo assim, o que grande parte da comunidade tributária espera é que essas modulações venham no mesmo sentido que veio a que trata da forma de tributação dos softwares, definida no julgamento conjunto de duas Ações Diretas de Inconstitucionalidade, as ADIs 5659 e 1945. Nessa ocasião, a sociedade foi ouvida e, pela primeira vez no Brasil, tivemos uma modulação que não foi 100% desfavorável às empresas. Ela veio a modular de fato, pensando tanto no caixa da União, quanto na saúde financeira das companhias.

Daí ser gritante a necessidade de isonomia nas modulações. Ainda não há jurisprudência consolidada no STF sobre como deve ser o processo de modulação em matéria tributária ou mesmo qual o quórum necessário. Daí a recente retirada da modulação do terço de férias do plenário virtual, quando faltava apenas um voto, para o plenário presencial, que viabiliza maior debate tanto com a sociedade, quanto entre os ministros.

No caso do terço de férias, não haver modulação pode demandar o pagamento pelos contribuintes de até R\$ 100 bilhões, segundo a Associação Brasileira de Advocacia Tributária (Abat). Por outro lado, a não modulação no caso da retirada do ICMS da base de PIS e Cofins pode devolver aos contribuintes até R\$ 258,3 Bilhões, segundo a Fazenda Nacional, somente considerando o ICMS recolhido.

Assim, por algum motivo, talvez porque o caso do ICMS é o que envolve o maior volume financeiro, ele foi o único que permaneceu na pauta de julgamentos. Ainda que a data prevista para o início já não tenha sido cumprida, provavelmente são as decisões tomadas nessa modulação que vão ditar os rumos dos demais julgamentos tributários que aguardam decisões finais do STF.

Por fim, façam suas apostas bilionárias, como serão as modulações? O STF dará com uma mão e tomara com a outra? Tomará com as duas? Ou seremos otimistas: dará com as duas, neste momento em que o famoso julgamento econômico mudou de lado e, em meio à pandemia, é melhor preservar empregos? Enquanto não há respostas, permanecemos no “bota casaco, tira casaco”.

Veículo: O Estado de S. Paulo	
Data: 12/05/2021	Caderno: Economia



Benefícios da reforma tributária mesmo sem a diminuição da carga tributária

Alexis Fonteyne*

12 de maio de 2021 | 05h30

Uma pergunta muito simplória, frequentemente feita é: “Se não vai diminuir a carga tributária, para que uma reforma?”

Do tamanho do Estado brasileiro...

Certa vez, o ex-Secretário Especial da Receita Federal, Everardo Maciel, afirmou que a carga tributária é do tamanho do Estado brasileiro. Com isso, ele passou a ideia de que só conseguiríamos diminuir a carga tributária se fizéssemos uma Reforma Administrativa, capaz de conter o crescimento do Estado e de eliminar os excessivos gastos públicos.

Ninguém discute que o Estado necessita de uma determinada carga tributária para prover serviços essenciais. O que pesa é a ineficiência estatal. São os cartórios, os privilégios, o apadrinhamento, as reservas de mercado, o excesso de comissionados, as aposentadorias especiais, a estabilidade injustificada e tantos outros exemplos que exigem uma arrecadação adicional para serem mantidos, elevando a carga tributária de maneira desnecessária.

O Secretário tinha razão em sua fala. Sem dúvida, um Estado ineficiente e mantenedor de privilégios, custa muito mais ao pagador de impostos. Se fizéssemos uma Reforma Administrativa, muitas dessas fontes de gastos poderiam mesmo ser eliminadas. No entanto, ainda que não haja uma Reforma Administrativa de imediato, há sim

importantes razões para fazermos uma Reforma Tributária. Essa última, de forma paradoxal, tem enorme potencial para reduzir a carga tributária, sem perda de arrecadação e com ganhos tanto para o Estado quanto para o pagador de impostos.

Custo Brasil

Na composição de custos de uma empresa para cálculo do preço de venda de algum produto ou serviço, há basicamente quatro elementos: os custos diretos (matéria prima, energia elétrica, mão de obra e outros), os custos indiretos (como os gastos com administração, aluguéis, serviços de apoio e portaria), o lucro e os impostos. No Brasil, um quinto elemento compõe o preço final de produtos e serviços, é o denominado Custo Brasil.

O Custo Brasil é, basicamente, um conjunto de obrigações acessórias, excesso de regulamentação, burocracia, reservas de mercado, falta de infraestrutura, insegurança jurídica, leis trabalhistas ultrapassadas e vários impostos cumulativos e pouco transparentes, que não agregam nenhum valor, muito pelo contrário, agregam custo e encarecem nossos produtos e serviços, tirando a nossa competitividade tanto no mercado interno quanto no externo.

O MBC (Movimento Brasil Competitivo) é capitaneado por empresários que entendem que o Brasil precisa se tornar mais competitivo globalmente. Junto com a SEPEC (Secretaria Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade), eles contrataram a Boston Consulting, consultoria internacional, para fazer um profundo diagnóstico do Custo Brasil. O resultado da pesquisa mostra que o Custo Brasil drena, desnecessariamente, 1,5 trilhões de reais por ano do pagador de impostos.

A ineficiência é tanta que, por mais absurdo que pareça, ainda há uma carga tributária sobre o Custo Brasil, ou seja, pagamos impostos sobre a ineficiência, sobre a burocracia e sobre o atraso. Mesmo sem afetar a arrecadação, nós temos condições de eliminar essa parcela, junto com o Custo Brasil, por meio da Reforma Tributária.

Complexidade da legislação tributária brasileira

A legislação tributária brasileira é uma das mais complexas do mundo. Vários são os exemplos das dificuldades que os brasileiros encontram e burocracias que enfrentam para pagar tributos.

O crédito físico, em detrimento do crédito financeiro, é um caso típico de geração de Custo Brasil. O fato de o empreendedor não poder creditar de tudo o que adquire, sejam bens ou serviços, e poder creditar apenas do que é insumo, faz com que o governo crie uma ferramenta para controlar o consumo de insumos, chamada de Bloco K. Por meio dessa ferramenta, o governo controla cada parafuso, cada quilo de resina, adquirido e agregado ao produto final, funciona como verdadeiro revelador de segredos industriais e gera muitas dúvidas na definição do que será considerado, ou não, insumo.

Essas dúvidas geram dois problemas. Primeiro, a Receita Federal precisa treinar especialistas para cada processo produtivo, é quase que um sistema tributário por atividade, que pode estar inclusive em contínuo processo de desenvolvimento e transformação. Segundo, a subjetividade para definir o que é, ou não, insumo, gera conflitos de interpretação entre as empresas que, invariavelmente, têm que arcar com multas aplicadas pela Receita em razão de divergência interpretativa sobre a incidência da tributação. Isso aumenta os contenciosos tributários, aumentando ainda mais a quantidade de processos no CARF e no STF. Na tentativa de manter a conformidade, essas disputas obrigam as empresas a gastarem somas vultosas com auditorias, controladorias, contadores e advogados. A insegurança jurídica gera ainda mais Custo Brasil.

A criação da substituição tributária é outro exemplo de Custo Brasil que destrói valores, empregos e aumenta a insegurança jurídica. Não raro, um cliente interessado em saber o preço de um produto, ao entrar em contato com a empresa, ouve como resposta: “Não sei o preço! Para te responder, preciso saber: Quem é você? Onde você se localiza? Você vai immobilizar ou revender? Você tem inscrição estadual? Você é contribuinte estadual?”. Cada uma dessas perguntas abre uma zona de conflito entre o empreendedor, que pena para calcular suas obrigações tributárias, e o Estado, todo poderoso, sempre pronto para aplicar multas por erros no cálculo. Essa dificuldade

para calcular o imposto devido e o conseqüente preço de venda decorre da ausência de regras simples. A falta de regras claras gera ainda mais Custo Brasil.

A confusão da definição se o tributo fica na origem ou no destino é outra geradora de Custo Brasil. A famosa DIFAL (Diferencial de Alíquota), deixa qualquer departamento fiscal de cabelos em pé, obrigando o cálculo da diferença de alíquota de ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) entre os estados de origem e de destino. Para complicar ainda mais a vida do pagador de impostos, a cada ano é alterada a porcentagem da origem para o destino. Há ainda, a obrigação do fabricante de recolher antecipadamente uma GNRE (Guia Nacional de Recolhimento de Tributos Estaduais) do DIFAL do destino, que será anexada a NF (Nota Fiscal) que acompanhará a mercadoria. Pagar impostos dos outros adiantado, também é Custo Brasil.

O fato de os Serviços (ISS) terem uma carga tributária inferior à de Bens (ICMS, IPI, PIS e COFINS sobre insumos) também gera ainda mais Custo Brasil. Fica cada vez mais difícil definir o que é Serviço e o que é Circulação de Mercadoria. O que é streaming? O que é armazenamento na nuvem? O 'S' do ICMS não invade a competência do 'S' do ISS (Imposto Sobre Serviços)? Há inúmeros casos de empresas de tecnologia que estão recolhendo ISS e ICMS, pois ambos os entes reivindicam a base tributária para eles. A bitributação é mais um Custo Brasil que vai parar no preço final dos produtos e serviços.

Benefícios da Reforma Tributária

A simples eliminação da substituição tributária, do aceite do crédito financeiro, da definição do destino como pagador dos impostos, da eliminação da DIFAL, da eliminação das múltiplas alíquotas e da diferenciação entre produtos e serviços, eliminaria uma série de obrigações acessórias, traria muito mais segurança jurídica, eliminaria distorções alocativas e eliminaria o ambiente fértil para sonegação e a elisão fiscal.

Esses são os benefícios imediatos que o Estado e o pagador de impostos poderão ter com a aprovação de uma Reforma Tributária nacional de alíquota única padrão internacional IVA (Imposto sobre Valor Agregado). O Estado não vai precisar mais de

uma complexa estrutura de controle e o cidadão terá regras claras simples, não onerosas e sem chicanas, para cumprir as suas obrigações tributárias.

A Reforma Tributária é muito importante, mesmo que não reduza a carga tributária no primeiro instante, ela trará valiosos benefícios eliminando boa parte do Custo Brasil.

Não faz sentido agregar custo, não faz sentido o Custo Brasil.

***Alexis Fonteyne, engenheiro, empresário e deputado federal do Partido Novo, por São Paulo**

Veículo: O Estado de S. Paulo	
Data: 12/05/2021	Caderno: Economia



Força-tarefa procura 24 por ‘chuva’ de 20 mil notas fiscais frias e fraude tributária de R\$ 400 milhões

Operação Noteiras, desencadeada ainda na madrugada desta quarta-feira, 12, mobiliza Ministério Público dos Estados de Alagoas e São Paulo para prisões e buscas contra organização acusada de gerar créditos ilícitos de ICMS em favor de companhias que se beneficiavam da trama

Redação

12 de maio de 2021 | 07h27

Uma força-tarefa integrada pelos Ministérios Públicos de São Paulo e Alagoas, pela Procuradoria-Geral de SP, pela Secretaria de Estado da Fazenda e pela Polícia Civil paulista realiza na manhã desta quarta, 12, a Operação Noteiras para desarticular um suposto esquema de fraude tributária que resultou em prejuízo de mais de R\$ 400 milhões aos cofres públicos.

Cerca de 300 agentes públicos cumprem 37 mandados de busca e apreensão e 14 ordens de prisão, em cinco cidades paulistas. Além disso, em Alagoas são executados outros 16 mandados de busca e mais 10 ordens de prisão.

Segundo a Promotoria paulista, a ofensiva investiga supostos ilícitos que resultaram na emissão de cerca de 20 mil notas fiscais fraudulentas por empresas de fachada, no valor aproximado de R\$ 4 bilhões, gerando créditos indevidos em ICMS de R\$ 435 milhões a receber por companhias que se beneficiavam da fraude.

A Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo aponta que o ‘engenhoso esquema de sonegação’ foi arquitetado por um grupo de contribuintes do

setor de plástico que teria criado ‘empresas fantasmas’. O órgão indica que a atuação destas empresas se concentraria principalmente em operações interestaduais simuladas, do Estado de Alagoas para São Paulo.

Além da sonegação fiscal, empresários, contadores e ‘laranjas’ são investigados pelos crimes de organização criminosa, lavagem de dinheiro e falsidade ideológica, diz o MPSP.

“As noteiras, como são conhecidas as empresas fantasmas, emitiam notas fiscais simulando transações comerciais entre elas e companhias instaladas em São Paulo, que ganhavam o direito de abater do ICMS devido aqui o imposto supostamente recolhido em Alagoas”, explicou a Promotoria paulista.

De acordo com a Secretaria da Fazenda de São Paulo, um dos alvos da ofensiva possui débitos com o Fisco paulista, inscritos em dívida ativa, superiores a R\$ 1 bilhão.

A operação é derivada do trabalho do Comitê Interinstitucional de Recuperação de Ativos (Cira), de São Paulo, e do Grupo de Atuação Especial no Combate à Sonegação Fiscal e Lavagem de Bens (Gaesf), de Alagoas.



Impactos adversos decorrentes da declaração de inconstitucionalidade do princípio da autonomia dos estabelecimentos para fins de ICMS

Sergio Carrer e Marco Aurelio*

12 de maio de 2021 | 06h45

No dia 16 de abril o STF encerrou o julgamento do mérito da Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC) 49 em que se discutia a possibilidade de cobrança do ICMS na transferência de mercadorias entre estabelecimentos de um mesmo contribuinte.

A ADC 49 buscava a validação da exigência por meio da declaração de constitucionalidade de trechos de três dispositivos legais da Lei Complementar nº 87/96 (Lei Kandir). Como resultado desse julgamento foram declarados inconstitucionais trechos que tratam da ocorrência de fato gerador do imposto nas transferências (artigo 12), da base de cálculo para estas operações (artigo 13) e do princípio da autonomia dos estabelecimentos para o ICMS (artigo 11).

A decisão em si não surpreende, uma vez que ela ecoa o posicionamento do próprio STF no julgamento do Recurso Extraordinário com Agravo (ARE) 1.255.885 que havia fixado tese no mesmo sentido. Entretanto, a declaração de inconstitucionalidade em controle concentrado, como é o caso do ADC, possui amplitude maior e, a despeito de parecer uma vitória completa dos contribuintes, pode trazer graves consequências como

o aumento do custo das mercadorias em razão da exigência do estorno de créditos ou o agravamento de situações de acúmulo de saldo credor. Além disso, por possuir efeitos retroativos e aplicáveis a todos os envolvidos no sistema de tributação (*erga omnes*), a decisão também traz incertezas em relação aos procedimentos realizados no passado.

Existe um aspecto da decisão que não tem recebido a atenção quanto ao enorme impacto que pode causar, se não for objeto de melhor esclarecimento pela via de embargos de declaração. É que um dos dispositivos declarados inconstitucionais não possui efeitos restritos às operações de transferência. Pelo contrário, o trecho do artigo 11 da Lei Kandir que traz a previsão do princípio da autonomia dos estabelecimentos impacta toda a estrutura do ICMS, como a aplicação da não cumulatividade, a forma de apuração e o modelo pelo qual se dá a divisão da arrecadação entre as Unidades da Federação.

A declaração de inconstitucionalidade do trecho do artigo 11 parece ter ocorrido a reboque da declaração de inconstitucionalidade dos demais dispositivos, uma vez que, na fundamentação do voto, não consta nenhuma referência específica sobre a autonomia dos estabelecimentos.

Voluntária ou não, caso a decisão do julgamento transite em julgado como está, o resultado será a declaração definitiva da inconstitucionalidade do princípio da autonomia dos estabelecimentos para o ICMS.

E, se afastado, todas as demais disposições contidas na Lei Kandir e reproduzidas nas diversas legislações estaduais que estiverem baseadas nesse primado poderiam ser também objeto de questionamento. Ainda que o Código Tributário Nacional também trate da autonomia dos estabelecimentos, como defender a sua aplicação complementar quando a norma que o embasa de forma mais específica tenha sido declarada inconstitucional?

Como o referido princípio constitui critério determinante para a aplicação da lei no espaço (limites geográficos) e a vinculação do sujeito passivo, o seu desaparecimento provocaria enormes danos à estrutura e ao mecanismo de incidência do ICMS. Sem ele, a imposição de cumprimentos de regras e obrigações tributárias por estabelecimento,

de forma individualizada, deixaria de ter legitimidade, abrindo a possibilidade de que a sua apuração passe a ser realizada de forma unificada pelas empresas.

Além disso, as saídas dos estabelecimentos que não estivessem vinculadas à operação de circulação (mudança de propriedade) deixariam de ser juridicamente relevantes. Isso impactaria não só o controle sobre as movimentações em transferência, como também saídas de outras naturezas, como remessas para armazenagem, industrialização por encomenda, entre outras.

A individualização das obrigações por estabelecimento tem como principal objetivo simplificar a fiscalização e a repartição da arrecadação entre os entes federados. Caso a apuração do ICMS, por decorrência da exclusão do princípio da autonomia, saia do âmbito do estabelecimento e vá para o das pessoas jurídicas de forma unificada, não é difícil imaginar o caos tributário decorrente, especialmente nas empresas que possuem atuação em mais de um Estado. Haveria uma apuração nacional para um tributo estadual, demandando ainda mais controles e obrigações para os já sobrecarregados contribuintes. A insegurança jurídica pode ser ainda pior se confirmado o efeito retroativo dessa declaração de inconstitucionalidade.

Pelo exposto, é fundamental que, antes do trânsito em julgado, os impactos da ADC 49 sejam melhor discutidos e definidos por meio de embargos de declaração esclarecendo-se adequadamente os exatos contornos da decisão. É fundamental que se pondere que, para a invalidação da cobrança do ICMS sobre as operações de transferência entre filiais do mesmo contribuinte, não há necessidade de declaração de inconstitucionalidade do princípio da autonomia dos estabelecimentos, o que de fato acabou ocorrendo.

***Sergio Carrer e Marco Aurelio são sócios da RVC Consultoria Tributária e Empresarial**

Veículo: O Estado de S. Paulo	
Data: 12/05/2021	Caderno: Economia



Reforma com seriedade

Em vez de fatiar a reforma tributária, é bom seguir o plano do relator

Para crescer, competir e criar empregos e bem-estar, a economia brasileira precisa de impostos mais funcionais e mais justos, e para isso será necessária uma reforma ampla e ambiciosa. O Brasil tem uma das piores tributações do mundo e o peso dos encargos é apenas um dos problemas. Mas uma reforma fatiada, como propõem a equipe econômica e o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), muito dificilmente produzirá efeito relevante. O rumo para uma boa revisão do sistema está disponível, no entanto, desde a semana passada, quando o deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB) apresentou seu relatório à Comissão Mista de Reforma Tributária.

Simplificação é a marca mais visível da proposta do relator, construída a partir de três projetos em tramitação no Congresso. O novo desenho inclui a substituição de cinco encargos por um Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). Serão substituídos três tributos federais (PIS, Cofins e IPI), um estadual (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS) e um municipal (ISS). A cobrança ocorrerá no destino e ainda será preciso regular a repartição da receita entre União, Estados, Distrito Federal e municípios.

Com essa unificação, será eliminada uma das estranhas peculiaridades do sistema brasileiro, a competência estadual em relação ao principal tributo sobre o valor agregado, o ICMS. Na Europa, onde esse tipo de imposto foi inicialmente implantado, a competência sempre foi do poder central, com regras para divisão do bolo. Eliminada essa jabuticaba, o sistema se tornará mais simples e mais ordenado, sem espaço para as 27 legislações ainda possibilitadas pelo ICMS.

A grande reforma, com a unificação de tributos, seria o tronco das mudanças. A partir desse tronco seria necessário estabelecer regras complementares, como detalhes de

cobrança e de repartição da receita, eliminação de isenções e mitigação de problemas distributivos.

Mesmo com diferenciação de produtos da cesta básica, o ICMS tem peso desproporcional sobre os consumidores de renda baixa ou média baixa. Esse peso aumentará, se isenções forem eliminadas. Para evitar maior custo para os mais pobres, um problema reconhecido pelo relator, será preciso modular a incidência do IBS ou buscar compensação por meio de transferência de renda.

De toda forma, o caráter regressivo do sistema brasileiro, muito dependente de tributos indiretos, é amplamente reconhecido. O relator Aguinaldo Ribeiro mencionou uma possível diminuição, no futuro, da tributação sobre o consumo, adotando-se como compensação um aumento de encargos sobre o patrimônio. Não se tem dado muita atenção, nos debates sobre a reforma, à tributação sobre a renda. Já se admite amplamente a conveniência de aumentar o imposto sobre dividendos, mas como forma de compensar uma redução, amplamente defensável, do encargo incidente sobre o lucro empresarial. Há espaço para uma discussão mais ampla sobre os impostos diretos.

Diante do texto produzido pelo deputado Aguinaldo Ribeiro, tem pouco sentido continuar dando atenção ao projeto de fusão do PIS e da Cofins, apresentado há meses pela equipe econômica. É quase grotesco usar a expressão “reforma tributária” para qualificar essa proposta governamental. Mas o presidente da Câmara tem defendido prioridade para a votação desse projeto. Seria a etapa inicial da grande transformação – mas haveria, mesmo, etapas seguintes? Isso parece muito improvável, até pela aproximação do período eleitoral. Além disso, o ministro da Economia, Paulo Guedes, nunca se mostrou muito interessado numa renovação ambiciosa do sistema tributário. Além da fusão do PIS e da Cofins, ele se limitou, quase sempre, a defender a desoneração da folha de pessoal e a recriação da aberrante CPMF.

Para desemperrar a economia e tornar os impostos mais equitativos, será preciso buscar objetivos mais amplos e discutir muito mais seriamente a funcionalidade do sistema e seus efeitos distributivos. O relatório do deputado Aguinaldo Ribeiro, apoiado pelo presidente do Senado, é um bom ponto de partida.

Inflação desacelera em abril, mas alívio deve ser apenas temporário

Descompressão do IPCA foi influenciada principalmente por combustíveis

Por **Arícia Martins e Lucianne Carneiro** — De São Paulo e do Rio

12/05/2021 05h01 · Atualizado há 4 horas

Sem maiores surpresas, a saída do impacto de reajustes de combustíveis deu alívio à inflação em abril, mas a desaceleração será temporária e pressões remanescentes nos bens industriais não devem sair de cena tão cedo, avaliam economistas. Por isso, a alta de 0,31% do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) no mês passado, divulgada ontem pelo IBGE, não foi considerada uma boa notícia no front inflacionário, que segue desconfortável para o Banco Central.

O resultado ficou praticamente em linha com mediana de estimativas de 35 analistas ouvidos pelo Valor Data, que previam aumento de 0,29% no período, depois de 0,93% em março. Em 12 meses, porém, a inflação acumulada até abril atingiu 6,76%, nível mais elevado desde novembro de 2016 (6,99%) e acima do teto da meta para 2021, de 5,25%.

Na passagem mensal, a descompressão do IPCA foi influenciada principalmente pelos combustíveis, que deixaram alta de 11,23% no mês passado e registraram deflação de 0,94%. Juntas, a retração de 0,44% da gasolina e de 4,93% do etanol “retiraram” 0,07 ponto do indicador no mês, calcula Julia Passabom, economista do Itaú Unibanco.

Outras ajudas vieram da parte de habitação, que desacelerou de 0,81% para 0,22%, e da inflação do setor de serviços, que, com dificuldade de recompor margens em meio à pandemia, subiu apenas 0,05% no mês, vindo de 0,12% em março. Nos 12 meses terminados em abril, o conjunto que reúne preços como cabeleireiro, empregado doméstico e aluguel aumentou apenas 1,44%.

Segundo Pedro Kislakov, gerente do IPCA, os números mostram que não há pressão de demanda nesse ramo de atividade e refletem o aumento de medidas de restrição à mobilidade após o agravamento da covid-19.

Apesar do comportamento dos serviços e da perda de ímpeto do IPCA, a evolução de outros grupos impediu uma leitura favorável do índice pelo mercado. Após a autorização de reajustes no início do mês, os medicamentos subiram 2,69%. “Há uma discussão sobre a suspensão desses reajustes no Senado, mas os preços já subiram e o IPCA capturou a alta”, observa Julia.

Os alimentos no domicílio também ficaram mais caros, ao avançarem 0,47%, após queda de 0,17% na medição anterior. Desta vez, a alta veio da parte de proteínas, com aumento de 1% de carnes, destaca a economista do Itaú, que relaciona os preços maiores à valorização recente das commodities agrícolas.

Para ela, no entanto, o principal exemplo de que a dinâmica inflacionária ainda desperta atenção é um núcleo de inflação subjacente de bens industriais e serviços, o IPCA-EX3. No ano terminado em abril, essa medida subiu 3,8%, mas em um cálculo dessazonalizado e anualizado, a alta é de 5%, nível em que está rodando desde o terceiro trimestre do ano passado, ressalta Julia.

“Esse é um patamar alto frente à meta, que ainda inspira monitoramento. Do ponto de vista da política monetária, ele está em linha com a leitura do Banco Central, de que as medidas de inflação subjacente apresentam-se no topo do intervalo compatível com a meta de inflação.”

Também mencionando uma medida subjacente, Luciano Sobral, economista-chefe da NEO Investimentos, observa que a inflação de bens industriais aumentou de 0,3% para 0,8% entre março e abril. Nesse cálculo, explica ele, a autoridade monetária exclui os preços de etanol, cigarros e automóvel novo.

Numa média móvel trimestral anualizada e dessazonalizada, esse núcleo está acima de 5%, nota Sobral. “Essa parte de industrializados não deve gerar alívio tão cedo”, diz o economista, que aponta a valorização das commodities, a escassez de alguns insumos e o encarecimento de fretes como fatores que pressionaram os preços de

bens manufaturados em todo o mundo. “Alguns custos explodiram e isso vai parar na inflação ao consumidor.”

Para o economista Fabio Romão, da LCA Consultores, os bens industriais serão um dos novos “protagonistas” da inflação. Ele estima que esses preços vão subir 4,75% em 2021, ante 3,16% no ano passado.

“Temos pressões de custos espriadas em vários estágios de produção até chegar no varejo, de commodities, bens intermediários... Essa pressão já tem chegado e vai continuar”, diz ele. “Mesmo com o risco de perder a clientela, o empresário acabará repassando esse custo.”

De acordo com Roberto Secemski, economista-chefe para Brasil do Barclays, choques de custos no atacado devido aos preços maiores de commodities e à depreciação do câmbio continuam chegando ao consumidor, ainda que em ritmo mais fraco do que nos meses anteriores.

Outros impactos de alta na inflação devem vir dos alimentos, assim como dos combustíveis, uma vez que os preços domésticos da gasolina ainda estão cerca de 15% abaixo dos externos, acrescenta Secemski. Incorporando esses efeitos sobre a inflação anual, ele elevou sua projeção para o aumento do IPCA em 2021, de 5% para 5,2%.

No curto prazo, o acionamento do patamar 1 da bandeira tarifária vermelha, que encarece as contas de luz, deve acelerar o IPCA para cerca de 0,70% em maio, estima o economista, o que vai levar o índice em 12 meses a 7,9%. “As tarifas de eletricidade podem subir mais em junho ou julho se as condições hidrológicas ruins persistirem”, alertou.

Para Sobral, da NEO, a inflação de alimentos tem uma alta “contratada” em razão da elevação já observada nas commodities. Por isso e também pelo aumento das contas de luz, a gestora estima que o IPCA vai avançar a cerca de 0,60% neste mês. Para 2021, o economista prevê alta de 5,7% do indicador, acima do consenso de mercado (5,15%).

OCDE propõe taxar mais as heranças para cobrir rombo fiscal da covid-19

Entidade diz que tributação de herança, quando existe, costuma ser muito baixa e arrecadar pouco, E que elevá-la é uma opção para reduzir a desigualdade e lidar com déficit adicionais gerados pela pandemia

Por Assis Moreira — De Genebra

12/05/2021 05h00 · Atualizado há 4 horas

A família controladora da gigante Samsung, a mais rica da Coreia do Sul, anunciou há duas semanas que vai pagar US\$ 10,8 bilhões de tributação sobre a herança deixada por Lee Kun-hee, que morreu no ano passado. É a maior fatura na história tributária nesse país que impõe a mais pesada taxa sobre heranças, em torno de 50%.

A Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) não usa o exemplo coreano, mas em relatório publicado ontem e financiado por uma instituição sul-coreana defende a maior tributação sobre heranças por seus países-membros e no resto do mundo, como uma forma de reduzir desigualdade, diminuir a concentração de riqueza e reforçar os combalidos cofres públicos.

A OCDE nota que nos países onde é aplicado o imposto sobre heranças é muito baixo. De seus 37 países membros, 24 cobram imposto sobre herança. Hoje, não são mais os países escandinavos que mais taxam a transmissão de fortunas. Suécia e Noruega acabaram com esse imposto nos anos 2000.

A maior tributação sobre transmissão de fortuna para os filhos é imposta hoje na Coreia do Sul, Japão, França e Bélgica, com algo em torno de 50%. Na média, a taxa seria de 15% na OCDE, segundo o Tax Foundation, de Washington. A própria OCDE não avança esse percentual, diante da disparidade de regimes fiscais. Mas confirma que a tributação é insignificante, desde a Austrália a países do leste europeu, passando pela Itália e os EUA.

As exonerações e abatimentos beneficiam principalmente as grandes fortunas, na prática com taxação regressiva. Tem também a chamada otimização fiscal, com transferência de fortunas não declaradas a paraísos fiscais. A receita média obtida com a taxação de heranças representa só 0,5% da arrecadação total dos países examinados. A base fiscal é extremamente reduzida, e só 0,2% de herança é tributável nos EUA. Mas a entidade vê margem para os governos imporem mais taxação, sobretudo nas heranças mais elevadas.

“Os países terão que rever a taxa sobre herança nos próximos anos, e ainda mais na América Latina com a intolerância contra o tamanho da desigualdade na região”, disse ao **Valor** o diretor de administração fiscal da OCDE, Pascal Saint-Amans. “A enorme concentração de riqueza alimenta o aumento das desigualdades e é de uma forte ineficácia econômica.”

Na América Latina, no caso dos membros da OCDE, o México acabou há muito tempo com a tributação sobre herança. Já o Chile tem uma taxa, mas pequena. A Colômbia não foi examinada.

O contexto econômico e social no qual o relatório é divulgado, com o retorno de um Estado maior na economia, abre espaço para mais taxa. Saint-Amans nota que a riqueza foi multiplicada por 5 nos últimos vinte anos, e a desigualdade também aumentou. Nos países da OCDE, o patrimônio das famílias é fortemente concentrado. Os 10% mais ricos possuem 50% da riqueza total, e o topo de 1% acumula 18% do total. A composição da riqueza mostra que os 20% mais ricos detêm 80% dos ativos financeiros totais. “Estamos numa economia de renda, fenômeno que aumenta”, diz ele.

Em 20 anos o patrimônio por habitante quase triplicou na França e mais que dobrou no Canadá e no Reino Unido. Mas os países ricos não aproveitam a possibilidade de taxar heranças e doações.

A situação da Coreia do Sul é excepcional no contexto global. E a família controladora da Samsung está sob permanente atenção pública. Lee Kun-hee chegou a receber pena de prisão de três anos em 2009, depois suspensa, por evasão de imposto de bilhões de dólares que ele tinha herdado de seu pai, o fundador do grupo, Lee Byung-chull. Ele alegou na ocasião que o dinheiro tinha sido escondido para proteger a companhia de tentativas de tomada de controle hostil.

Agora, Lee Jae-yong, filho de Kun-hee e novo líder de fato de Samsung, disse que vai vender ativos, como quadros de Picasso, Monet e Dalí, para pagar a fatura do imposto ao longo de alguns anos. A empresa, turbinada por subsídios estatais, é o quinto maior exportador da Coreia do Sul e faturou US\$ 213 bilhões em 2020, gerando US\$ 32 bilhões de lucro operacional.

Para tornar o imposto sobre heranças mais aceitável pelo público em geral, o relatório sublinha a necessidade de os governos fornecerem aos cidadãos informações sobre a desigualdade e a forma como funciona essa taxaço.

“Mas o imposto sobre a herança não é uma bala de prata”, observa Saint-Amans. “Outras reformas, particularmente em relação à tributação da renda de capital pessoal e ganhos de capital, são fundamentais para garantir que os sistemas tributários ajudem a reduzir a desigualdade”.

A OCDE empreende novos trabalhos nessa área, especialmente por entender que o progresso feito na transparência fiscal internacional e na troca de informações entre as autoridades tributárias “estão dando aos países uma oportunidade única de visitar a tributação do capital pessoal”.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Sapatênis Masculino Casual SportFire

R\$ 66.95 - MARISA

Compre Agora

LINK PATROCINADO

Lipoativo que auxilia na perda de peso faz mulher de Salvador perder muito peso!

DR. ZERO PESO

LINK PATROCINADO

Erva poderosa alivia as dores nas juntas em minutos!

DR.ZERO DOR

LINK PATROCINADO

Especialista: “Suavize rugas no pescoço com técnica caseira”

DIATENA OFICIAL

LINK PATROCINADO

Vieram para ficar. Conheça as novas máscaras recomendadas

LOJA INTERATIVO

LINK PATROCINADO

Para combater as dores articulares é simples basta fazer isto a noite.

VMD3

Restituição PIS-Cofins no ICMS, questão de política pública?

O tributo compôs o preço final e quem desembolsou esse preço foi o consumidor

Por Eliseu Martins

12/05/2021 05h00 · Atualizado há 4 horas

Como cidadão proponho-me, dentro de minhas limitações, a olhar a discussão do caso do ICMS na base de cálculo de incidência do PIS/Cofins. Mas não do ponto de vista técnico neste momento. E sim tentativa e exclusivamente sob o ponto de vista de política pública, ou seja, do que entendo com um olhar pressupostamente de justiça social.

O Supremo Tribunal Federal (STF) declarou, há quatro anos, a inconstitucionalidade da incidência do ICMS na base de cálculo do PIS/Cofins e cessou a aplicação dessa forma de cálculo dali para a frente. Perfeito, assunto resolvido. E, ao assim definir a questão, evidenciou a validade da exclusão do “ICMS destacado” na nota fiscal, o que parece indiscutível, mas é válido apenas daquele momento em diante.

Não teriam sido as empresas meros veículos dessa transferência que agora está sendo considerada indevida?

Não definiu o Supremo sobre o passado, sobre o que teria sido recolhido a mais ao longo do tempo antes da vigência dessa decisão. E agora estamos na véspera dessa decisão complementar e temos, obviamente, um embate entre empresas e União sobre como calcular esse efeito passado, e até mesmo sobre se deve esse passado ser revisitado ou não.

E daí meus pensamentos: além dos aspectos jurídicos e técnicos de outra natureza, cabe alguma discussão do ponto de vista macro, do ponto de vista dos reflexos econômicos em geral para o país, do ponto de vista de justiça social dessa decisão que deve vir nestes próximos dias?

E se olhássemos essa discussão sobre se deve ocorrer a devolução, e, em caso positivo, como ela deve ocorrer, mas dentro de uma visão de política pública tentando olhar a justiça social? Procuro enxergar e consigo refletir pelo menos sob três ângulos diferentes.

A primeira reflexão: quem de fato pagou por esse tributo a maior ao longo de todo esse tempo decorrido? Terá sido a primeira e uma corrente de empresas que leva à produção e, ao fim, ao consumo de um bem ou serviço? Ou terá sido somente a última empresa dessa corrente? Ou todas elas, com cada uma tendo recolhido um montante cujo total agora se possa decidir como indevidamente levado aos cofres da União? E o que primeiro me vem à mente é: será que quem pagou a mais, de fato, não terá sido o consumidor? Afinal, o tributo não compôs o preço final e quem desembolsou esse preço final não foi o consumidor?

Não teriam sido as empresas da corrente apenas veículos dessa transferência que agora está sendo considerada indevida do consumidor para o Tesouro? Mas, se for esse o pensamento correto, não deveria então todo o tributo recolhido a mais ser devolvido pelo Tesouro ao consumidor que de fato o suportou?

Só que, por mais justo que possa isso ser, é totalmente inviável do ponto de vista prático; impossível identificar o quanto devolver a cada um. Assim, resta então uma primeira reflexão: o mal está feito, não há como corrigi-lo de maneira socialmente justa; e, se esse for o entendimento, será que a saída seria: deixemos como está? Ou seja, muda-se a forma de cálculo do PIS/Cofins da vigência da decisão do Supremo em diante, sem se procurar em retificar o passado.

Mas é lógico que podemos esperar que a teoria econômica seja levantada por muitos no sentido de que esse raciocínio não é totalmente correto. Afinal, economistas viriam provavelmente a contestar dizendo que não é verdade que somente o consumidor teria arcado com o custo. Afinal, se nesse passado o preço final do bem ou serviço ficou maior por causa da cascata de incidências indevidas, a demanda total por esses serviços e bens terá diminuído e, dessa forma, as empresas também terão arcado com um pedaço do custo ao perder receitas.

Claro que há uma lógica forte nessa linha, mas percebemos que fica mais impossível ainda o cálculo de quanto devolver a cada um dos consumidores e empresas prejudicados no passado. Seria praticamente impossível conseguir-se a aplicação dessa linha de pensamento como política pública.

A não ser no caso da Aneel, a aplaudir de pé, que deliberou descontar na tarifa dos consumidores o que as empresas de energia receberem.

Segunda reflexão: por que então não distribuir o pago a maior durante o passado a cada elo de cadeia inteira, ou seja, a cada uma das empresas que efetuou o recolhimento dado como a maior? Afinal, cada uma recolheu um pedaço do tributo excedente ao longo dessa cadeia. Claro que fica a questão: mas se quem pagou no final foi o consumidor, por que transferir às empresas na proporção do que cada uma recolheu?

Mas poderia a justiça social ser assim pensada: já que não dá para devolver ao consumidor, pelo menos que desse recurso excedente não se aproveite o governo que cometeu a ilegalidade; afinal, voltando às empresas, voltam-se os recursos aos geradores de riqueza, o que é bom para a sociedade. E agora um pouco de técnica: o pedido da União de, se for devolver, que seja com base no ICMS recolhido por cada sociedade é nessa direção.

Não é uma forma tecnicamente perfeita porque não só o problema dessa incidência sobre o ICMS define o valor recolhido excedente. Mas não deixa de ser uma fórmula que se aproxima do que poderia ser considerado justo se aceito o fundamento desta segunda reflexão (devolver às empresas). Basta lembrar que, na essência, o tributo a maior terá sido recolhido por cada empresa da cadeia até o consumidor final. Assim, a base de cálculo com fundamento no que cada uma recolheu a mais parece fazer sentido se aceita essa política.

Mas há uma terceira reflexão: por que não se devolver o tributo todo pago a maior ao último elo da corrente? E isso é o que ocorreria caso a devolução fosse com base no ICMS destacado na nota fiscal pela última entidade da corrente. Afinal, o ICMS destacado na última nota representa o total incorrido ao longo da corrente, e não o incorrido por essa última empresa da corrente. Daí a dúvida: há sentido de justiça social numa política como essa? O valor total devolvido só à última?

Mas isso não deverá ocorrer, porque haverá, sim, outras empresas da corrente a pedir sua devolução, e daí teremos o seguinte fenômeno: se cada uma receber em devolução com base no ICMS destacado na sua nota fiscal, o total do tributo devolvido será maior do que o total do tributo efetivamente recolhido a maior. Justiça social?

O consumidor, nesse caso, teria que, além de haver suportado o tributo a maior no passado ao consumir bens e serviços, transferir agora recurso novo ao Tesouro para este cobrir esse excedente. Mas já ouvi: “ Nem todas as empresas tomaram providências jurídicas para receber o recolhido a mais, então a soma da devolução poderá ser inferior à do tributo total pago a maior”. Então teríamos: quem tomou providências jurídicas receberá mais do que o que de fato recolheu a maior, e quem não tomou não receberá nada? Política pública indicativa de justiça social?

Difícil, não? Ou estou enganado?

Eliseu Martins é professor da FEA-USP de São Paulo e Ribeirão Preto.

Tributação de software e meios de acesso

Parece incabível um mesmo software sofrer incidências tributárias tão díspares apenas pela distinção do modo de acesso

Por Georgios Theodoros Anastassiadis

12/05/2021 05h01 · Atualizado há 4 horas

Na atual sociedade em que vivemos, a “transformação digital” é sem dúvida um dos fenômenos mais presentes, já que temos cada vez mais incorporado a tecnologia digital em nosso dia a dia. É nítido que esse processo tem sido acelerado exponencialmente pela pandemia da covid-19, na medida em que, em vista do distanciamento social, temos nos servido da tecnologia mais do que nunca, seja para fins profissionais (home office), para fins de socialização (mídias sociais), para fins médicos (telemedicina), para fins de consumo (comércio eletrônico), entre tantas outras áreas da vida moderna.

As ferramentas tecnológicas que possibilitam toda essa interação digital são, no mais das vezes, os já conhecidos “softwares”, ou programas de computador, sofisticados, é claro, pelo avanço da tecnologia e pelas demandas geradas pela crescente complexidade das relações sociais.

Parece incabível um mesmo software sofrer incidências tributárias tão díspares apenas pela distinção do modo de acesso

São exatamente esses softwares, que tanto avanço e comodidade trazem para a sociedade contemporânea, que têm estado novamente na mídia, mas não por alguma programação inovadora ou por uma recém-descoberta tecnologia de ponta, e sim por uma antiga discussão judicial encampada pelo setor, já que o Supremo Tribunal Federal (STF) recentemente decidiu, por maioria, pela incidência do ISS municipal, em detrimento do ICMS estadual.

Nessa decisão de mérito, proferida pelo STF em 18 de fevereiro de 2021, o tribunal alterou sua jurisprudência formada há décadas e, ao definir a incidência do ISS sobre o licenciamento ou cessão de direito de uso de software, vai ao encontro dos anseios dos players do setor, já que a alíquota do ISS é sensivelmente menor que a do ICMS, finalmente trazendo segurança jurídica para esse mercado.

A decisão faz bastante sentido do ponto de vista jurídico, pois o licenciamento de software não implica transferência de propriedade, que é indispensável para a incidência do ICMS, já que esse tributo incide sobre a circulação de mercadorias. Além disso, já existe, há tempos, uma lei complementar, a nº 116 de 2003, que regula matéria, tendo optado pela incidência do ISS, no item 1.05 da lista de serviços anexa à lei.

Não bastasse, foi acatada a proposta de modulação dos efeitos da decisão feita pelo ministro Dias Toffoli, tendo sido, numa decisão inédita, definidas oito hipóteses de modulação, primando-se, sempre que possível, pela produção de efeitos a partir da data de publicação da decisão.

É claro que essa disputa tributária fragilizou o setor e trouxe, por décadas, uma imensa insegurança jurídica para os seus players, que foram muitas vezes cobrados por ambos os tributos, num flagrante e inconstitucional caso de bitributação.

No entanto, esse imbróglio jurídico-tributário está, infelizmente, longe de ser o único envolvendo as operações com softwares no Brasil - um exemplo disso é o caso das remessas ao exterior a título de remuneração por softwares importados.

Quando uma empresa brasileira importa um programa de uma software house no exterior pelo método tradicional (e já ultrapassado) do “download”, ou seja, baixando e rodando o software desde o seu servidor local, será devido, basicamente, o pagamento do ISS (2,9% no município de São Paulo) e do IOF-Câmbio (0,38%). Isso porque a própria Receita Federal já disse que não incide Imposto de Renda na fonte por se tratar de um software de larga escala e que não incidem PIS e Cofins por não se tratar de serviço prestado. Além disso, não é devida a Cide, já que não há, em geral, abertura do código-fonte do programa ao usuário.

Por outro lado, se a mesma empresa importa o mesmo e idêntico software pelo método mais moderno e atual que é via “nuvem” (cloud computing), ou seja, acessando o software à distância sem transferência do programa para o disco local (no chamado SaaS - Software as a Service), haverá incidência, segundo as autoridades fiscais, do Imposto de Renda (15%), da Cide (10%), do PIS (1,65%), da Cofins (7,6%), do ISS (2,9%) e do IOF-Câmbio (0,38%), totalizando a inacreditável alíquota efetiva de quase 40%, o que, em muitos casos, inviabiliza a operação.

Isso ocorre porque a Receita Federal, em 2017, entendeu, por meio da Solução de Consulta Cosit nº 191, que os softwares adquiridos e acessados por meio da nuvem são considerados serviços técnicos e, como tal, estariam sujeitos a uma carga fiscal muito mais elevada.

Se, de um lado, parece incabível um mesmo software sofrer incidências tributárias tão díspares apenas pela distinção do modo de acesso (download ou SaaS, mesmo que, neste último caso, alguns serviços conexos sejam prestados, tais como armazenamento, suporte, atualização etc), por outro lado, claramente quem perde é o Brasil, que deixa de assimilar as inovações produzidas nos grandes centros tecnológicos estrangeiros. Vale dizer que o acesso dos programas via nuvem, por ser mais moderno e elástico, é o que tem ganhado, de longe, mais espaço no Brasil e no mundo.

Não há dúvidas de que alguma política de reserva de mercado pode e deve ser implementada, a fim de fomentar a produção tecnológica local. Contudo, a incidência de uma carga fiscal tão pesada sobre as importações de software, como essa que pretende o Fisco nos acessos via nuvem, deverá ter um efeito reverso, pois a matéria-prima da tecnologia é a própria tecnologia, e a redução no seu fluxo para dentro do país, causada por uma tributação impraticável, só pode deixar o Brasil digitalmente isolado e pouco competitivo.

Georgios Theodoros Anastassiadis é sócio do escritório Gaia Silva Gaede Advogados

Este artigo reflete as opiniões do autor, e não do jornal Valor Econômico. O jornal não se responsabiliza e nem pode ser responsabilizado pelas informações acima ou por prejuízos de qualquer natureza em decorrência do uso dessas informações

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Sapatênis Masculino Casual SportFire

R\$ 56.99 - MARISA

Compre Agora